

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA**

**JÚLIA VILHENA RODRIGUES**

***CAMADAS DE MEMÓRIA ENTRE O MAR E O MORRO: DA PEQUENA  
ÁFRICA AO PORTO MARAVILHA***

**BRASÍLIA**

**2013**

**JÚLIA VILHENA RODRIGUES**

***CAMADAS DE MEMÓRIA ENTRE O MAR E O MORRO: DA PEQUENA  
ÁFRICA AO PORTO MARAVILHA***

Monografia apresentada à disciplina *Dissertação*  
como requisito parcial para conclusão do Curso de  
Ciências Sociais com Habilitação em Antropologia  
da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof. Mariza Veloso Motta Santos

**BRASÍLIA, UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA,  
2013**

**Banca Examinadora:**

---

**Mariza Veloso Motta Santos (orientadora)**

---

**Roque de Barros Laraia**

**UnB/Brasília - 2013**

*A lembrança constitui o trajeto, obscurece as distâncias, põe em relação.*

Antonio A. Arantes

## AGRADECIMENTOS

Aos moradores do Morro da Conceição, que me receberam e me abraçaram. Obrigada pela confiança, por terem aberto suas casas e exposto suas vidas para mim, me introduzindo a um universo encantador. Obrigada por me trazerem de volta a minha cidade natal.

À professora Mariza Veloso, pela paciência na orientação, pela compreensão, incentivo e pelas observações pertinentes, que tornaram possível a conclusão desta monografia.

Ao professor Roque Laraia por ler meu trabalho e aceitar compor a banca. É uma grande honra.

À professora Paula Ribeiro, da Universidade Estácio de Sá, pela atenção e pelo apoio essencial que me deu na etapa final da monografia. Muito obrigada pelas conversas esclarecedoras. À professora Christiane Girard por me ampliar os horizontes dentro das Ciências Sociais no início da caminhada, e pela atenção e amizade que me dedica desde então. Aos professores Brasilmar Ferreira Nunes e Edson Farias pelo incentivo e pelo apoio que sempre me ofereceram. Aos professores José Jorge de Carvalho, Cristina Patriota, e Daniel Simião, pelas disciplinas de Estudos Afro-brasileiros, Antropologia Urbana, e Antropologia Visual conduzidas por eles, e pelas referências que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa. Aos demais professores que me inspiraram e contribuíram para minha trajetória de graduação na Universidade de Brasília.

Ao Departamento de Antropologia, principalmente a Idamar, Rosa e Sr. Paulo, e ao Departamento de Sociologia, nos nomes de Renata e Luciana, que se colocaram sempre prontos para me auxiliar nas etapas de matrícula e me informar acerca dos procedimentos administrativos dos departamentos.

Aos amigos e colegas de curso, pelas conversas, pelas ideias que trocamos e pelos momentos compartilhados ao longo do curso. Aos queridos Dennis Novaes, pela integridade admirável, pela disposição e apoio constantes que tive a sorte de merecer; Lucas Marques, pelo afeto e pela confluência na antropologia e nas motivações (de vida) que a extrapolam; Janaína Reis, pelo humor contagiante e mente perspicaz; Bárbara Aquino, pela força e pelos horizontes desbravados; Ana Rabelo, pelo carinho e pelo senso crítico que provoca e estimula; Túlio Amaral, pela atenção e delicadeza; Fausto Cândido, pelo encontro astral nas Sociais e no Centro-Oeste; Raquel Vieira, pelo apoio quando precisei. Sou grata a todos pelo compartilhar.

Aos amigos que significaram a cidade e esses anos todos para mim. Às presenças nas rodas de música que preenchiam aquelas tardes de domingo, Bill e família querida, entre tantos outros; ao Pedro Vasconcellos, pela amizade terna e o cuidado de sempre; à Juliana, Atena e Camila, pela cumplicidade e parceria; ao Flávio Eiró por romper barreiras e me transformar; à Maria Vitória Dutra, pela densidade e pela leveza, pela sensação plena de que ficarás; a Luciana Jatobá, pela presença doce e atenta e pelos (tantos) bons momentos compartilhados; a Isadora Cardoso, pelo astral que motiva e pela irmandade de longa data. Por vocês, muita admiração e carinho.

A minha família, pelo acolhimento, por me darem o sentido de casa e o valor da memória. A minha avó Eutímia, pelo estímulo e o acolhimento afetuoso nos últimos meses de trabalho de campo; a minha avó Célia, pelo conforto de seu carinho; aos meus irmãos, Pedro, pela serenidade e a cumplicidade que dispensa palavras; Manuela, pela energia vibrante, os ensinamentos e os momentos de escape; à Andréa, minha mãe, pelas dicas e revisão, o apoio incondicional e principalmente, pelo exemplo de Mulher; ao meu pai, Saulo, pela confiança de sempre e o exemplo de rigor intelectual. A eles, minha admiração e todo o meu amor.

## RESUMO

O Morro da Conceição é um marco da primeira ocupação da cidade do Rio de Janeiro. Enquanto em sua parte alta formou-se um bairro aos moldes portugueses, o qual ainda congrega herdeiros e tradições da época, encontra-se em sua parte baixa e arredores a Pedra do Sal e o Cais do Valongo, lugares de memória da escravidão no Brasil. Formou-se ali, em meados do século XIX, uma diáspora baiana em torno do trabalho portuário, do samba e dos cultos de matriz africana. Conhecida pela bibliografia como Pequena África, a região viu o florescer de nossa cultura popular em meio a reformas urbanas significativas, como foi a de Pereira Passos no início do século XX. Hoje passa por outra transformação devido à revitalização do Porto Maravilha, iniciada em 2009. Essa monografia tem como objetivo analisar a ressignificação das tradições culturais e as relações de pertencimento compartilhadas pela comunidade artística que vem se ampliando no Morro da Conceição. O trabalho busca abordar também, iniciativas de patrimonialização na região e a construção de identidade do Quilombo da Pedra do Sal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória. Patrimônio. Revitalização. Gentrificação. Identidade. Conflito. Morro da Conceição. Pequena África.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>CAP.1 UM POUCO DE HISTÓRIA DA PEQUENA ÁFRICA.....</b>	<b>15</b>
<b>1.1 A HERANÇA AFRICANA.....</b>	<b>22</b>
<b>CAP.2 MEMÓRIA CULTURAL E MEMÓRIA DA CIDADE.....</b>	<b>26</b>
<b>2.1 POLÍTICAS DE PATRIMONIALIZAÇÃO NA REGIÃO PORTUÁRIA     O CASO DA PEDRA DO SAL.....</b>	<b>29</b>
<b>2.2 O QUILOMBO DA PEDRA DO SAL.....</b>	<b>35</b>
<b>CAP.3 O PORTO MARAVILHA.....</b>	<b>41</b>
<b>CAP.4 OS ARTISTAS DO MORRO DA CONCEIÇÃO.....</b>	<b>47</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>57</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>62</b>



## INTRODUÇÃO

O Morro da Conceição está situado no bairro da Saúde e representa o marco inicial de urbanização da cidade. Sua fundação data de 1590, data de construção da Igreja Nossa Senhora da Conceição, a padroeira do Morro. Este formava junto aos morros do Castelo, Santo Antônio e São Bento o esqueleto original pelo qual a começou a expansão urbana do Rio de Janeiro. Com o desmonte do Morro do Castelo em 1921, o Morro da Conceição foi o único a estabelecer-se como local de moradia a perdurar até os dias atuais.

Percorro a Rua do Acre após cruzar as várias vias da Av. Presidente Vargas e me deixar levar no fluxo dos pedestres pela Rua Uruguaiana. Chove, mas o movimento no centro do Rio não desacelera. É ali que funciona o seu motor, dentro de cada salinha, escritório daqueles incontáveis arranha-céus que foram despontando ao longo das ruas estreitas que delineiam os primeiros membros do esqueleto do mapa urbano da cidade. Ali se sobrepõem toda sorte de lojas comerciais, lanchonetes, camelôs, e convivem lado a lado com casas resistentes que nos remetem ao Rio de Machado de Assis. A *cidade* como o centro é chamado pelos cariocas, é seu coração palpitante. O percorrido concorrido das calçadas desembocou na esquina do emblemático Edifício A Noite, arranha-céu que sediou a Radio Nacional nos anos da Era do Rádio e que marcou o início da verticalização da cidade.

Ali sobe uma das escadas de acesso do Morro da Conceição. Após alguns degraus já se estende a Ladeira João Homem, toda de paralelepípedos, margeada por postes com fiação elétrica aparente e colorida por sobrados do início do século passado. O fundo sonoro modifica-se de repente, o burburinho das ruas lá embaixo vai sumindo, adentra-se em um reduto onde parece reinar outro tempo. Incrustado entre o porto e o grande centro, entre passado e futuro, está um dos morros por onde a expansão da outrora capital começou. Dos outros irmãos só o Morro de São Bento ainda faz parte do cenário.

O Morro do Castelo foi demolido durante uma reforma urbanística de 1921, e o desmonte quase total do Morro Santo Antônio se deu na década de cinquenta. O Convento e a Igreja de Santo Antônio, um dos grandes conjuntos coloniais remanescentes da cidade, ainda encontram-se na parte que restou do morro.



[1]



[2]<sup>1</sup>

Gostaria de começar compartilhando um pouco como começou meu interesse pela área estudada e como se deu minha aproximação do objeto de estudo durante o processo de pesquisa. Apesar de ter morado fora do Rio de Janeiro durante dez anos, nasci na cidade e passei minha infância lá. Depois que me mudei para Brasília, mantive visitas regulares ao Rio por conta do restante da família que mora lá até hoje. Nesse semestre voltei a viver na minha cidade natal e pude então ter uma imersão maior nos estudos de campo dentro do Morro da Conceição, o que considero ter sido de extrema relevância para o desenvolvimento da pesquisa.

Não me lembro de ter ouvido falar do Morro nem da região da Praça Mauá até o dia em que, durante uma visita à cidade, tive o prazer de conhecer o Bloco Escravos da Mauá. O grupo já é tradição na região portuária; organiza há vinte anos as tradicionais rodas de samba no Largo São Francisco da Prainha, além de desfiles anuais pelas ruas como premiado bloco carnavalesco. Conversando depois com outras pessoas, pude ver que muitos moradores da Zona Sul passaram a conhecer e frequentar a região portuária pelo mesmo motivo, atraídos pelos eventos do bloco do Escravos em torno do samba.

Depois desse primeiro contato, passei a conhecer as rodas de samba da Pedra do Sal, onde visualizei pela primeira vez as escadas de acesso ao Morro da Conceição. Da Pedra já é possível ver o estilo das casas, antigas e geminadas, e nas rodas pude ouvir alguns dos atributos da localidade, os quais viria a descobrir e ouvir ressaltados por tantos moradores. Não demorou muito até o dia em que subi para percorrer com meus olhos um dos lugares marco da fundação da cidade.

---

<sup>1</sup> Imagens: [1] Morro do Castelo, s/d, fonte: <http://www.efecade.com.br/1922-desmonte-do-morro-do-castelo-o-rio-de-janeiro/morro-do-castelo> [2] Morro Santo Antônio, s/d, fonte: <http://www.rioquepassou.com.br/2004/03/09/1556/foto-morro-santo-antonio>

Meu encantamento começou ali, nas sensações do percurso, e depois com minha aproximação da História do lugar.

*Essa errância (a vida, o trajeto, o percurso), balizada pelo olhar e fixada pela escrita, condiciona o olhar que acompanha, segue o curso das pessoas em volta e a paulatina mudança da paisagem, focalizando cada objeto relevante ao olhar.*

*Se o olhar é a captação de instantes, coisas, pessoas e paisagens, ele não é um registro (como uma fotografia) e sim um travelling, a melhor palavra para indicar seu sentido porque o recupera no deslocamento. Travelling, travel. Viajar.*

*O olhar vê onde o andar lhe leva.* (SILVA, 2009)

O fato que a princípio me despertou enorme interesse foi o Morro estar incrustado no Centro da cidade, e ao mesmo tempo, se diferenciar tanto dele em uma simples elevação, permanecendo muitas vezes alheio a leva de transeuntes das avenidas de baixo. A isso se juntou a curiosidade de saber o que o Governo planejava para essa área; já que em 2007/2008 já se falava em revitalização. Não tive dúvidas de que esse seria o tema de pesquisa para minha monografia em Antropologia Urbana.

Basta dar os primeiros passos no Morro da Conceição para perceber um clima de cidade interiorana, tranquila, e a simpatia através dos olhos dos moradores a espreita pelas janelas, curiosos frente a uma nova presença na área.

O senhor Alcides foi um que ao me lançar de sua porta um olhar contemplativo, se dispôs facilmente a compartilhar comigo um pouco de sua trajetória no Morro. Mora há cinquenta anos naquela casa azul na Rua Eduardo Jansen, próximo a Igrejinha São Francisco da Prainha, junto com sua filha e os dois netos. Considera o Morro da Conceição o seu lugar, guarda de lá memórias de uma juventude bem vivida, de quando frequentava tanto as rodas de samba quanto as casas de forró do bairro, dividindo o dia-a-dia com os parentes e vizinhos. Hoje seu desejo é sair de lá para viver em Santa Cruz (na “roça”), onde pode ter mais tranquilidade. Diz que as obras do Porto tiraram seu sossego, não consegue mais dormir com o barulho das bombas (palavras dele).

Na primeira ida a campo, na fase de pré-projeto, fui em busca dos moradores mais antigos do Morro da Conceição, aqueles que lá nasceram e até hoje permanecem. Através do dono do Bar Imaculada, um dos poucos e o mais recente empreendimento do local, pude ir atrás de alguns moradores. Bati a porta de Dona Maria Augusta, esposa do Sr. Manoel, que nasceu no Morro há setenta e seis anos. Da janela, ela me cedeu umas palavras, mas seu marido não se colocou muito disposto a marcar uma entrevista, disse que estava muito atarefado. Perguntei-

lhe sobre a “Eterna Juventude”, um grupo de senhorinhas da vizinhança, que me foi referenciado pelo filme *Morro da Conceição* (2005), de Cristina Grumbach, mas eles não sabiam de que se tratava. Ali me questionei pela primeira vez meus reais propósitos ao vasculhar as histórias de vida daquelas pessoas que se mostravam cansadas de serem procuradas.

Ainda assim, fui conversar com a Duda, uma senhora que mora na mesma rua de D. Maria Augusta, Ladeira João Homem. Ela foi receptiva, me contou na calçada de sua casa sobre suas lembranças de um tempo remoto no Morro da Conceição e me perguntou se já havia conhecido seu primo, Paulo Dallier, artista plástico. Ela me apontou sua casa, logo em frente, e me incentivou a procurá-lo. Talvez o encontro que se segue tenha marcado os novos rumos de minha pesquisa. Até ali sabia que estava atrás da memória do lugar compartilhado por aquelas gerações mais velhas, muitas de famílias portuguesas, e de suas relações com o lugar. As ressignificações que faziam naquele processo de transformação abrupta em que o Morro da Conceição se encontrava eram questões importantes para mim, mas eu não estava certa do recorte que adotaria.

A casa de Paulo Dallier foi a primeira que adentrei. Lá pude ver a constituição das antigas construções portuguesas, algumas seculares, todas compostas por longos corredores que perpassam os cômodos e chegam à cozinha e à varanda. Olhando de fora, a fachada das casas geminadas, não se tem ideia da dimensão que reservam; algumas englobam jardins frutíferos no fundo, mezaninos e terraços. A casa de Dallier (como é conhecido pela vizinhança) é admirável acima de tudo pelas paredes preenchidas de telas grandes, de pinceladas fortes, que dão o tom de cada cômodo, e que ele foi me mostrando sem nenhum recato. Depois nos sentamos e tivemos nossa primeira conversa, permeada de histórias que o artista tinha prazer de relatar com os mínimos detalhes.

Nessa primeira entrevista, fiquei a par do Projeto Mauá, uma organização de artistas do Morro da Conceição que existe desde 2001. A proposta me pareceu inicialmente parecida com o a do “Portas Abertas” que existe no bairro de Santa Tereza, dias nos quais os artistas do local abrem seus ateliês para visitação. No Morro da Conceição o evento acontece todo ano, próximo ao dia da Nossa Senhora da Conceição, dia 8 de dezembro. Fui procurar saber mais sobre o projeto, e acabei conhecendo outro artista plástico da Ladeira João Homem, Marcelo Frazão, que foi junto com Dallier um de seus fundadores. O Projeto que começou com quatro

ateliês, hoje já tem quatorze, e desde o ano passado, oferece com apoio da Concessionária Porto Novo, oficinas de arte para a comunidade.

Essa cena artística do Morro da Conceição me despertou enorme interesse. Entender por que se fala hoje nessa vocação, por que os novos artistas têm sido atraídos para lá; se a revitalização teve influência nesse movimento, e como essas mudanças estão sendo vistas por eles. Entrar nas casas-ateliês, e conversar com alguns dos artistas do Projeto Mauá, me fez voltar àquelas primeiras sensações que tive ao caminhar pelas ruas do Morro da Conceição. Como se a atmosfera dos ambientes privados e públicos daquele lugar estivessem em consonância apesar das diferenças inerentes a eles. Havia algo que unia as trajetórias díspares desses artistas, e os enlaçava em torno de valores compartilhados. Eu queria entender esse fluxo. Observei ali fortes sentimentos de comunidade. O conhecimento dos vizinhos uns dos outros facilitou minha aproximação a uma rede de contatos e afetividades.

O recorte temporal da pesquisa é, portanto, o tempo atual. Escolhi entrevistar sete artistas do Projeto Mauá. Nessa amostra há três artistas fundadores do projeto: Paulo Dallier, que nasceu no Morro, Marcelo Frazão, que é morador de longa data, e Renato Sant'ana, que tem seu ateliê no Morro, mas não vive lá. Os outros quatro artistas englobam dois irmãos, Camila e Tiago, nascidos no local, que representam a geração mais nova do Projeto Mauá; Osvaldo Gaia, que chegou em 2007, e Adriana Eu, moradora desde 2008.

A pesquisa organizou-se em torno de dois eixos: do projeto do Porto Maravilha e seus desdobramentos na região que envolve o Morro da Conceição, e em torno da cena artística que se desenvolveu lá em cima. Como pano de fundo, traço de forma resumida o panorama histórico da região definida pelo pintor e compositor Heitor dos Prazeres como a *Pequena África*, que vai da Pedra do Sal, no sopé do Morro da Conceição, até a Cidade Nova.

O Porto Maravilha se insere dentro de uma tendência mundial de requalificação das áreas portuárias de grandes cidades através da junção de políticas públicas de peso com o capital privado. A relação estreita entre esse processo de refuncionalização e a formação de cidades-espetáculo mundiais, assim como o desencadeamento de um enobrecimento da região, foram questões inquietantes com as quais iniciei a pesquisa.

Observou-se que novos sentidos e representações se constroem a partir de *relações de conflito e negociação*<sup>2</sup>, o que foi analisado a partir da configuração dos discursos de visibilidade das diversas instâncias envolvidas na comunidade. Espera-se chegar, mais especificamente, às questões políticas e identitárias envolvidas nas disputas territoriais do Morro da Conceição e de seus arredores, tanto no que diz respeito às tentativas de reconhecimento de grupos locais, quanto aos desdobramentos da atuação de agentes de fora da comunidade. Sendo assim, a pesquisa analisou os conflitos, as apropriações e ressignificações das tradições que definem a hegemonia dos grupos no cenário analisado.

No processo atual de especulação imobiliária, desapropriações e remodelações da população residente na região, enxergou-se que as disputas por distribuição de propriedade e a luta por reconhecimento dos agentes envolvidos são duas esferas correlacionadas. Alinhando-se assim à perspectiva teórica do sociólogo Axel Honneth (2003), segundo o qual o reconhecimento é uma tentativa de restauração da integridade moral dos indivíduos, enxergou-se no estudo de caso em questão uma busca dos grupos pela consumação de acordos firmados a partir de relações intersubjetivas, as quais estão na base da construção de suas identidades e que os constituem como sujeitos autônomos e possuidores de direitos.

Acreditamos que a desterritorialização dos moradores locais que não tiverem um modo de vida compatível com as novas funções implantadas pelo megaprojeto Porto Maravilha deve ser um importante aspecto a ser analisado. Com base na trajetória de outras cidades, já é possível enxergar evidências de um processo de *gentrificação*<sup>3</sup>, decorrente da refuncionalização da zona portuária, em marcha no nosso estudo de caso.

---

<sup>2</sup> Termo utilizado por Gilberto Velho para referir-se a problemática do patrimônio cultural. VELHO, Gilberto. *Patrimônio, negociação e conflito*. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, Apr. 2006.

<sup>3</sup> O termo *gentrificação* (*gentrification*) foi cunhado pela socióloga inglesa Ruth Glass, com base em seus estudos sobre a cidade de Londres em 1964. Grosso modo, o termo refere-se ao processo de retorno da população com alto poder aquisitivo às áreas centrais metropolitanas para fins de moradia. Assim há uma transformação da forma e do conteúdo dos espaços revitalizados. Em geral desencadeada por uma conversão do fluxo de capital antes direcionado ao setor industrial para o financeiro e imobiliário.

## CAPÍTULO 1

### UM POUCO DE HISTÓRIA DA *PEQUENA ÁFRICA*

A zona portuária do Rio de Janeiro, foco atual dos projetos urbanísticos da Prefeitura, compreende em seu perímetro os bairros da Saúde, da Gamboa, e do Santo Cristo. Nessa região viveram os escravos alforriados a partir da segunda metade do século XIX e, portanto, ficou conhecida como a Pequena África, o berço das tradições afro-brasileiras do Rio de Janeiro. O Morro da Conceição, inserido na Saúde, também está incluído na Pequena África.

Por estar inserido na Saúde, sobre a Pedra do Sal e próximo ao Cais do Valongo, o Morro apresenta traços da herança africana e influências fortes dos tempos de Pequena África. Sua configuração é, no entanto, múltipla e lembra também a de um tradicional bairro português. O Cais do Valongo foi a porta de entrada de quatro milhões de negros escravizados que chegaram ao Brasil entre 1779, quando o porto de escravos foi transferido da Praça do Peixe, atual Praça XV, até seu fechamento em 1831, com a primeira tentativa de proibição do tráfico negreiro transatlântico. Somente de 1811 a 1831, data em que o comércio passou a ser feito às escondidas, meio milhão de escravos chegaram ao Brasil pelo Cais do Valongo.<sup>4</sup>

Vista do Valongo, tomada do Morro da Saúde. Fonte: Wikipedia;



Litografia de Eugène Ciceri e Philippe Benoist.

No século XIX, a região do Valongo ia desde a Rua Barão de Tefé até a Cidade do Samba. A arqueóloga Tânia Andrade Lima do Museu Nacional foi responsável pelas escavações do cais do Valongo e explica que se tratava de um complexo de escravos, que além do cais incluía o lazareto, para onde iam os negros enfermos, o Cemitério dos Pretos Novos, para receber os

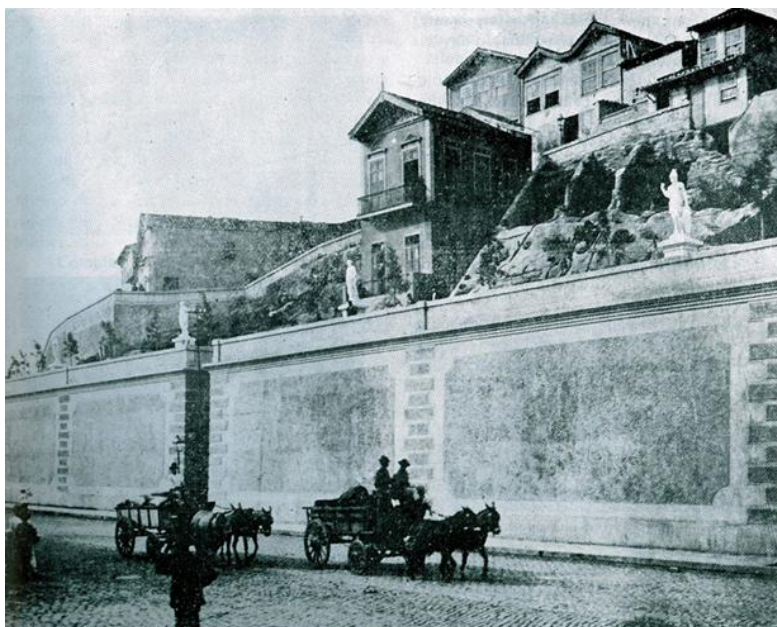
<sup>4</sup> Flávia Ribeiro para o Guia do Estudante da Abril, sítio eletrônico: [guiadoestudante.abril.com.br](http://guiadoestudante.abril.com.br), sob a matéria “Saiba tudo sobre o Cais do Valongo - o local por onde entravam os africanos escravos no Brasil no século XIX”, 18/01/2013.



escravos mortos antes de serem comercializados, e os armazéns de engorda e venda dos escravos, este localizado na Rua do Valongo, atual Rua Carmerino. Os armazéns, para onde iam os escravos antes de serem vendidos, ficavam no Largo do Depósito, hoje Praça dos Estivadores.<sup>5</sup>

Os motivos apresentados para a transferência dos escravos para a região do Valongo em 1779, segundo Tânia, eram sanitários. Como o mercado estava no Centro do Rio, os cidadãos estariam vulneráveis às doenças trazidas pelos africanos. Além disso, pensava-se que o comércio a vista de todos denegria a imagem de cidade europeia que os dirigentes pretendiam construir.

Com o aumento da produção cafeeira no Vale do Paraíba Fluminense, os barracões de escravos em torno do mercado do Valongo foram cedendo espaço para os trapiches de café que se espalharam entre a Pedra do Sal e a Gamboa. No início do século XIX foi cortada uma grande parte da Pedra da Prainha, atual Pedra do Sal, que se projetava do Morro da Conceição até o mar, para abrir caminho da Prainha ao Valongo. Essa tarefa árdua foi realizada na época



(Jardim do Valongo fotografado por Augusto Malta, sem data / Revista Municipal de Engenharia, 1997).

por ex-escravos.

Um dos marcos do plano urbanístico de Pereira Passos para modernizar a Região Portuária no início do século passado foi a inauguração do Jardim Suspenso do Valongo nos moldes dos jardins românticos ingleses em 1906. Ano passado, o jardim reabriu os portões após a conclusão da primeira fase de obras do Porto Maravilha. Quatro

estátuas de mármore inicialmente instaladas no Cais da Imperatriz foram transferidas por Pereira Passos para o jardim. Estas se encontravam guardadas no Palácio da Cidade, mas

---

<sup>5</sup> Entrevista de Tânia ao Guia do Estudante da Abril, sítio eletrônico: [guiadoestudante.abril.com.br](http://guiadoestudante.abril.com.br), sob a matéria “Saiba tudo sobre o Cais do Valongo - o local por onde entravam os africanos escravos no Brasil no século XIX”, 18/01/2013.



agora retornaram ao local. Uma vez mais se percebe a tentativa de apagar vestígios da história escravista no Brasil.

Roberto Moura, autor do livro *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro* (1995), conta que mesmo após a Abolição, o porto segue sendo o destino de muitos trabalhadores negros livres. Surgem nesse período, inclusive, importantes organizações de trabalhadores, como a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, antes chamada Companhia dos Pretos. Essa teria sido uma das primeiras associações de trabalhadores a reunir maciçamente negros em seus quadros e na própria direção. (ARANTES, 2005.)

Durante as escavações para as obras do Porto foram descobertos registros importantes que nos ajudam a entender a história da escravidão e da pós-abolição no Rio de Janeiro.

O Cais do Valongo e o da Imperatriz são desenterrados, no local é feito um sítio arqueológico e o *Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana na Zona Portuária do Rio de Janeiro* é concebido pela Prefeitura em 2012, trazendo reflexões importantes sobre esse período da História do Brasil.



Percebe-se que as reformas da zona portuária desenterraram um passado encoberto, sobre o qual a sociedade brasileira não tinha conhecimento. As tradições africanas desenvolvidas ali na diáspora baiana a partir da segunda metade do século XIX foram responsáveis por

plantarem sementes no coração do Rio que são partes constituintes de nossa música popular, nossas religiões, nossos costumes, de nossa identidade enquanto brasileiros.

Paulo Peixoto argumenta que o reconhecimento dos centros históricos por parte da população tende a aumentar proporcionalmente ao grau de transformação das cidades. Segundo ele, as reformas realizadas nas cidades portuguesas acarretaram um sentimento de nostalgia e consequentemente de valorização do passado, que se canaliza para os “centros históricos” revestido de uma ideia abstrata de patrimônio (PEIXOTO, 2003). Esse dilema que perpassa a vontade de mudança, e a busca por um tempo perdido, está presente também no discurso de alguns moradores do Morro da Conceição que se mostram resistentes às obras do Porto. Nesse sentido, Peixoto enxerga a consciência patrimonial como uma assimilação coletiva da mudança. Trata-se, segundo ele, de uma invenção cultural que pretende servir mais às sociedades futuras do que pensar o presente.

Ao sopé do Morro da Conceição encontra-se a Pedra do Sal, tido como um cenário marcante na história do samba carioca. Antigamente chamada de Pedra da Prainha, a Pedra do Sal representa até hoje um dos maiores símbolos da cultura negra carioca. A Pedra já serviu de barreira contra o avanço das águas, além de entrada para diferentes gêneros alimentícios que moviam a economia brasileira, primeiramente viveu o período do açúcar, depois o do desembarque do sal. Senhor Deraldo, nascido na parte baixa do Morro da Conceição em 1943, conta que o nome Pedra do Sal é mal compreendido pela maioria das pessoas. O nome se deve à salinidade da água da Bahia de Guanabara que batia na pedra nas marés cheias. Depois que baixava e o sol incidia na pedra deixava a mostra apenas as crostas de sal da água. Ele argumenta que os escravos carregaram uma série gêneros alimentícios nas sacas morro acima e que, portanto, não faria sentido nomeá-lo de acordo com apenas um deles, o sal.

A carga religiosa do lugar como espaço de oferendas remete a forte presença do Candomblé na região. As primeiras levas de baianos que chegam ao Rio após a Abolição formam casas de grande importância nos domínios da *Pequena África*. A presença dos africanos ocidentais de origem Nagô foi significativa para a gestação da cultura popular da cidade do Rio de Janeiro. Tal tradição somada ao legado da África Centro-Ocidental (Congo-Angola), segundo o historiador Carlos Eugênio Soares (2011), foram as de maior influência na formação da Pequena África, mas além delas muitas outras nações coabitaram a região portuária. O lugar era visto e habitado pelos africanos em uma tentativa de recriar sua terra natal.

Os baianos imigrados ao chegar à capital iam situar-se onde a moradia era mais barata e onde havia procura por mão de obra braçal, ou seja, no cais do porto. A cidade não oferecia aos escravos libertos alternativas de vida para sua nova condição social. Eles preferiam buscar moradia nas vielas e nos becos dos morros, de difícil acesso pelos policiais. Após as reformas urbanas desencadeadas por Pereira Passos em 1904 e os primeiros movimentos de samba de partido alto, a Cidade Nova passa a ser o lugar mais representativo da Pequena África, antes ocupado pela zona da Praça Onze (SOARES, 2003).

O terreiro do pai-de-santo João Alabá de Omulu é considerado o candomblé seminal da Pequena África. As casas das tias baianas Ciata, Beiana, Perciliana, serviam de ponto de encontro para os moradores da região. Essas mulheres aparecem na obra clássica de Roberto Moura - *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*, como lideranças fundamentais na revolução social que se travou naquela região após a libertação dos escravos.

Outra grande referência das práticas afrodescendentes desenvolvidas na Pequena África foram as casas de zungu, locais de preparação das refeições com angu, onde também havia muita música e candomblé. Mesmo sendo fortemente reprimidas, as casas conseguiram resistir em locais como o Largo São Francisco da Prainha, abaixo do Morro da Conceição.

Com a abertura da Avenida Presidente Vargas mudaram-se para as proximidades da Pedra do Sal sambistas de renome, nossos avós do samba: entre eles Pixinguinha, João da Baiana e Donga, perpetuando ali uma efervescência musical ligada às tradições da música popular negra. O Largo João da Baiana em frente à Pedra é uma homenagem ao estivador e sambista que passou boa parte de sua vida na região e introduziu o pandeiro no samba. A cultura sambista do Rio de Janeiro desenvolveu-se assim, desde o princípio, nas rodas musicais dos ranchos das tias baianas. Como maravilhosamente contado por Roberto Moura, as formas rurais do samba chegaram ao Rio de Janeiro com bantos e sudaneses do Vale da Paraíba e bantos alforriados vindos da Bahia, seguidos por representantes das nações iorubá.

Segundo Ary Vasconcelos é no Morro da Conceição, na Gamboa e arredores, que nasceram os Ranchos pioneiros da cidade, como o das Sereias e Dois de Ouro. (LOPES, 2005). Há controvérsias quanto às origens dos ranchos, mas na certa a região da Prainha ficou marcada no início do século XX como um dos principais locais das óperas populares de grande atração durante o carnaval carioca.

Os ranchos carnavalescos surgiram no Rio de Janeiro no final do século XIX conjugando influências dos folguedos trazidos da África e das festas populares portuguesas. Parte da historiografia sobre o tema defende que os ranchos do Rio de Janeiro descendem dos ranchos de Folia de reis baianos. Tratava-se de desfiles em forma de cortejos, que contavam com a presença de um Rei e de uma Rainha, ao som da marcha do rancho e de instrumentos de corda e sopro.

Após a Abolição forma-se então uma diáspora baiana na capital - da Praça Mauá até as proximidades de São Cristovão - em torno também das práticas do candomblé, reunindo cultos de diversas origens. Nela foi fundamental a rede de solidariedade que se formou entre as várias etnias que passaram a conviver ali após a conquista do direito de venderem suas forças de trabalho.

O início do período republicano no Brasil foi marcado por muitos conflitos; uma delas foi a Revolta da Vacina, levante popular desencadeado pela campanha de vacinação obrigatória contra a varíola, imposta pelo governo federal em 1904. Sidney Chalhoub aponta que a revolta representava não só a oposição à vacina, mas também a defesa de práticas e crenças religiosas tradicionais da África Ocidental (CHALHOUB, 1996), o que se evidencia com o envolvimento de muitos integrantes do candomblé.

Ainda que as reformas urbanas comandadas pelo prefeito Pereira Passos tenham afastado a população residente do Centro, o samba de roda se desenvolveu e permaneceu agregando entusiastas na região da Cidade Nova, no quintal da nova residência de tia Ciata. O terreiro foi palco para a criação do samba “Pelo Telefone”, samba que marcou o nascimento do novo gênero musical (lançada pelo selo Odeon em 1917). A autoria da composição foi registrada no nome de Donga, e posteriormente reivindicada por outros músicos.

Em 1932 é formada a primeira Escola de Samba da zona portuária, a Vizinha Faladeira. A partir dessa época, dos anos vinte aos anos trinta, o polo de cultura negra se desloca da região portuária para as áreas à margem da estrada de ferro da Central do Brasil. Ali se constituirá a nova *coluna vertebral* do samba (SOARES, 2003).

O samba no Rio de Janeiro atravessou o século XX ganhando força como fenômeno cultural; inicialmente foi discriminado e repellido e com o tempo tornou-se símbolo nacional. Os sambistas ganharam reconhecimento por volta dos anos trinta e quarenta, quando a elite intelectual do país que conduzia as políticas culturais do Estado despertou para o valor do

samba do Rio de Janeiro, na época capital do país, e passou a incentivar essa prática cultural. O samba fez parte da construção da identidade brasileira e segue até hoje sendo uma expressão popular muito presente na vida do carioca. Em 2008, o IPHAN junto ao Centro Cultural Cartola elaborou um dossiê das Matrizes do Samba Carioca, dando a essa manifestação cultural o título de patrimônio imaterial brasileiro.

## 1.1 A HERANÇA AFRICANA

É sabido pela literatura existente acerca das sociedades afro-americanas que a cooperação entre os escravos recém-chegados teria marcado os primórdios de seu convívio e socialização. No clássico ensaio “O nascimento da cultura afro-americana” (MINTZ, PRICE, 1976) consta que os laços diádicos entre (duas) pessoas do mesmo sexo foram os preponderantes no primeiro contexto da escravização no Novo Mundo.

No livro há também uma menção a grande tolerância às diferenças desenvolvidas nas sociedades afro-americanas, devido à heterogeneidade cultural presente desde o início nas colônias. Segundo os autores, uma das reações dos africanos à opressão sofrida foi alimentar fortes expectativas de mudança que iriam propiciar a permanência e o desenvolvimento das tradições africanas no território americano.

Sem dúvida a rica experiência sociocultural das camadas populares residentes na região foi fundamental para a formação da personalidade moderna do Rio de Janeiro. O samba é um importante fator de afirmação de nossa identidade brasileira, reconhecido pela sociedade como um estilo musical de onde emana um forte poder de resistência e interação social.

*“O partido alto, o samba de terreiro e o samba-enredo atravessaram o século XX no Rio de Janeiro como manifestações vivas e ricas da cultura popular. Reconhecido pelo seu alto valor artístico, o samba contribuiu significativamente para o processo de integração social das camadas mais pobres da população no Rio de Janeiro, pois constitui-se num meio de expressão de anseios pessoais e sociais, num elemento fundamental na construção da identidade nacional e numa ferramenta de integração, ajudando a derrubar barreiras e eliminar preconceitos, num projeto ainda não concluído no país”.*<sup>6</sup>

A cultura afirmativa e musical e os princípios coletivizantes da tradição africana deram ao samba carioca fortes relações de sociabilidade. É possível notar que essa prática, enraizada no cotidiano dos sambistas e na vida da comunidade encontra-se presente nos dias de hoje. As rodas de samba na simbólica Pedra do Sal acontecem regularmente, abrindo e fechando a semana no Largo João da Baiana. Às segundas-feiras é o grupo da Roda de Samba da Pedra do Sal que comanda a festa. No mês de maio, Walmir, um dos representantes da roda,

---

<sup>6</sup> **Dossiê das Matrizes do Samba no Rio de Janeiro.** Proponente: Centro Cultural Cartola; supervisão e financiamento: Iphan/MinC; apoio SEPPIR – Fundação Cultural Palmares. Disponível no sítio eletrônico [www.iphan.org.br](http://www.iphan.org.br) em 20/07/2008.

organiza uma excursão ao quilombo São José da Serra, na região do Vale do Paraíba, para a festa da comunidade em homenagem ao dia do Preto Velho.

Sidney Mintz e Richard Price (1976) discorrem no ensaio sobre a origem da cultura afro-americana, fazendo uma crítica ao conceito de “cultura africana”, entendida como um corpo de crenças e valores socialmente adquiridos e padronizados. A ideia de ‘herança africana’ só faz sentido para eles em um contexto comparativo.

Os autores defendem que as culturas crioulas começaram a se formar durante o primeiro contato de europeus com africanos e entre africanos de origens diferentes. Segundo eles os processos de formação cultural não foram unilaterais, unicamente impostos pelos europeus, nem homogêneos. Depois de resgatar alguns pontos de contato entre os grupos ao longo da escravidão, os autores afirmam que o sistema de status é incapaz de controlar completamente o campo de interações possíveis entre os indivíduos. “... *os africanos de qualquer colônia do Novo Mundo só se transformaram de fato em uma comunidade e começaram a compartilhar uma cultura na medida e na velocidade que eles mesmos as criaram*” (1976, p.33).

Um exemplo de criação diz respeito às línguas faladas pelos africanos nas colônias. Os *pidgins* eram línguas com léxicos reduzidos que serviam para a comunicação dentro de um grupo que não falava a mesma língua, entre senhores e escravos por exemplo. Quando essa língua se transforma no idioma natal de um grupo, passa a ser chamada de um “crioulo”. Por isso a teoria de Mintz e Price é também conhecida como ‘crioulização’. Eles dão ênfase à distinção entre aspectos sociais e culturais das línguas faladas pelos escravos nas colônias.

Essencialmente, os teóricos dessa corrente dentro dos estudos afro-americanos procuram mostrar que os escravos arrancados da terra natal e trazidos para a América foram impossibilitados de transpor suas instituições tradicionais completamente. Nas colônias eles tiveram que criar novas instituições que respondessem às necessidades da nova realidade e que se enquadrassem dentro das condições limitadoras impostas a eles.

Do outro lado, encontramos a proposta conhecida como “afrocêntrica”, formada por diversos críticos da obra de Mintz e Price que sustentam a idéia de que parte substancial das culturas afro-americanas não é uma criação americana, mas antes uma transposição bem-sucedida para a América de tradições culturais africanas preservadas em sua forma original pelos escravos. O nome mais destacado a frente dessa tese é do norte-americano Melville Herskovits. A “tese da catástrofe”, por outro lado, dando ênfase ao longo período de opressão sofrido pelos negros

escravizados, concebe a eles um processo forçado de aculturação ao modo de vida europeu, durante o qual teriam sido afastados de suas raízes africanas. Dentre os defensores dessa tese estavam Franklin Frazier, Roger Bastide e Stanley Elkins. (MARQUESE, 2004)

Tomamos como base para esse trabalho a proposta teórica de Mintz e Price. Sabemos que as manifestações culturais e os rituais cultuados pelos africanos na região portuária do Rio de Janeiro eram marcados por grande heterogeneidade, decorrente das diferenciações entre nações, mas também de uma herança cultural africana comum moldada a formas institucionais do contexto no qual se encontravam no Brasil.

Seguindo a análise da obra *A Invenção do Cotidiano*, de Michel de Certeau, definiríamos essas práticas cotidianas surgidas na Pequena África de “táticas”. Em contraponto às “estratégias”, elas são determinadas pela ausência de poder e, portanto, não dispõem de um lugar próprio (1994). Estando dentro do campo do outro, submetidos aos postulados da ordem dominante, as táticas se constituem pela manipulação e negociação de forças, fazendo de seu lugar um lugar praticado. Enquanto a maioria dos cientistas sociais aponta para as estruturas de controle existentes na sociedade, Certeau aponta para as fissuras das práticas cotidianas, onde os sujeitos imprimem sua marca por meio de ações produtivas. Ele afirma que detectar a presença de estratégias não basta para compreender o que elas significam para seus consumidores. É preciso analisar o uso que os praticantes fazem delas.

Hoje os moradores do Morro da Conceição realizam novas práticas e táticas para lidar com as estruturas de poder instauradas e a reconfiguração espacial. O lugar tornou-se atraente para artistas da cidade que o escolhem para viver e trabalhar. Vimos que há um esforço dos agentes em trazer de volta tradições e costumes vistos como *marcas* do Morro da Conceição. Essas práticas são preservadas e ao mesmo tempo ressignificadas, como foram aquelas surgidas na *Pequena África*. No contexto atual, de maior visibilidade da região por conta do projeto urbanístico, grande leva de cariocas e turistas da cidade passa a visitar o local pela primeira vez. O Porto Novo e o museu recém-inaugurado organizam eventos para atrair os visitantes, e para isso buscam cooperação com organizações da comunidade.

O Museu de Arte do Rio (MAR) organizou em setembro do ano passado, antes de sua inauguração, o projeto "O Morro e o MAR" promovendo durante dois dias passeios guiados por pontos de interesse cultural no Morro da Conceição. A proposta foi de divulgar o patrimônio material e imaterial da Região Portuária e chamar a atenção dos visitantes para o



museu de grande porte que estava para inaugurar. Para isso contou com o apoio dos artistas do Projeto Mauá, que abriram seus ateliês para visitação.

Criado em 1993, por amigos do Instituto Nacional de Tecnologia, o bloco carnavalesco Escravos da Mauá faz a folia no bairro da Saúde, cantando a história da região portuária e agregando sempre uma legião de apreciadores de toda a cidade. Este ano o Bloco ganhou o prêmio Serpentina de Ouro no carnaval pelo desfile com o tema "Tesouros da Mauá". Por mais que os integrantes do bloco não morem e não venham de origem da região portuária, eles fazem um esforço para unir forças com grupos locais para suas criações artísticas nos desfiles. Alunos das oficinas de arte da Spectaculu ou os pernas- de-pau da Companhia de Mysterios e Novidades, sediadas na Gamboa, por exemplo, são parceiros do Escravos nas grandes folias que louvam a riqueza cultural da região e atraem a zona sul em peso para lá.

Walmir da Roda de Samba da Pedra do Sal afirma que o samba reforça a cidadania e produz distribuição de renda na região:

*“Nosso samba de segunda feira é um projeto que nasceu há sete, oito anos, com uma ideologia por trás. Ele tem uma proposta bem definida de responsabilidade social. Queremos associar a questão da cultura negra, servir de obstáculo a essa especulação que está chegando com voracidade, e defender o morador que mora há anos ali e tá sendo visto como invasor. Buscamos desdobramentos que vão além da roda semanal”.*

O geógrafo e músico (que integra a roda com a cuíca, o tamborim, e o pandeiro), acredita que o samba pode ser mais um instrumento imaterial que possibilite a comunidade se ver e ser vista de outra forma. Segundo ele, o comprometimento que a Roda assume com a memória da herança africana é muitas vezes maior do que aquele que os moradores demonstram ter.

É visível que para além do Estado existe uma série de mobilizações, principalmente de agentes locais, para preservar a memória das tradições afro-brasileiras da zona portuária. Cada grupo seja dos artistas do Projeto Mauá, ou dos sambistas da Pedra do Sal, elegem em seus discursos determinadas tradições que consideram importantes de serem preservadas. Essas seleções constituem representações sociais em disputa pelo poder simbólico de representar de modo hegemônico.

## CAPÍTULO 2

### MEMÓRIA CULTURAL E MEMÓRIA DA CIDADE

O geógrafo Maurício de Almeida Abreu (1998) ao debruçar-se sobre o estudo da memória das cidades ressalta que seu resgate não pode se limitar à recuperação apenas das formas materiais herdadas do passado, daquilo que deixou marcas na paisagem, mas deve abarcar também informações oriundas das instituições de memória. Ele adverte, no entanto, que os arquivos e documentos históricos não constituem uma matéria-prima objetiva, uma vez que representam também o poder de determinadas classes sobre a memória e o futuro das cidades. Os documentos vistos como fontes de “memória urbana”, pertencentes a instituições de memória, são expressões de poder porque essas mesmas instituições foram criadas ao longo do tempo por agentes de poder.

Jan e Aleida Assmann, casal de teóricos alemães da Universidade de Konstanz, vieram ao Brasil esse ano para proferir o ciclo de conferências *Espaços da Recordação*, realizados na Universidade Estadual de Campinas, Universidade Federal do Paraná, entre outras. Nessas palestras, Jan falou da distinção que faz em suas obras entre dois tipos de memória: a comunicativa, que ele relaciona à transmissão oral difusa de lembranças no cotidiano; e a memória cultural, referente a lembranças objetivadas que são repassadas ao longo das gerações.

A memória cultural seria constituída por heranças simbólicas materializadas em arquivos, ritos, monumentos, que podem acionar significados associados ao passado. Jan enxerga conexões entre essa memória e identidade, pois, de acordo com ele, a memória cultural é a “a faculdade que nos permite construir uma imagem narrativa do passado e, através desse processo, desenvolver uma imagem e uma identidade de nós mesmos”, e por isso é vista como ameaça por regimes totalitários que tentam ter domínio sobre ela.

Para Michael Pollak, essa referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, levando em conta também que as memórias concorrentes dão origem a identidades sociais coletivas que se transformam ao longo da História. “A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do

passado que se quer salvaguardar, se integra como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes...” (POLLAK, 1989).

Halbwachs acredita que uma memória comum reforça a coesão social através da adesão a uma “comunidade afetiva”, e a memória nacional seria a forma mais completa de uma memória coletiva (POLLAK, 1989). Em uma perspectiva construtivista, Pollak ressalta a importância de analisar como e por quem os fatos sociais se tornam coisas, ou como a memória coletiva se constitui e se formaliza. Para o autor, a função da história oral é trazer à tona as memórias subterrâneas, vindas das culturas minoritárias e subterrâneas, e se necessário for, fazer oposição à “memória oficial” sobre elas.

Durante a conferência *Espaços da Recordação*, a historiadora Aleida Assmann se ateu a questões relacionadas à construção da memória nacional, em especial na Europa do período pós-Segunda Guerra e pós-Muro de Berlim. Ela observa que os Estados-Nação que se constituíram no período pós-colonial não possuem uma memória nacional em torno do triunfo, como ocorre na França, mas em torno do trauma gerado no passado. Da mesma forma, quando as ex-colônias se libertam e definem uma identidade própria, ela é marcada por uma memória de longa duração, de eventos traumáticos, da escravidão e de genocídios.

Certamente a História da *Pequena África* do Rio de Janeiro foi marcada por eventos traumáticos que remetem à época da escravidão no Brasil. No entanto, percebe-se cada vez mais a busca da sociedade em manter viva a memória das ricas tradições e costumes que emergiram na região a despeito das tentativas de repressão e graças ao encontro de etnias que ali se deu.

As políticas de reparação pelos anos da escravidão passam a ser reivindicadas e a ganhar mais importância na sociedade brasileira, gerando discussões e polêmica entre os mais diversos grupos. Essas políticas visam não só reparar anos de opressão sofridos por alguns grupos no passado, como garantir que eventos traumáticos não sejam esquecidos, encobertos, ao longo da História. Fala-se nesse caso de um ‘dever de memória’ da nação. O historiador e o antropólogo se veem envolvidos nas disputas referentes à memória social porque os discursos sobre o passado tem se alargado, revelando leituras diversas e conflituosas.

A paisagem que observamos é sempre uma camada sobreposta a outras paisagens. Ela nunca está definitivamente formada, está sempre sendo fabricada através de destruições criativas.

Roy Wagner, em “A Invenção da Cultura” (1975) ressalta que as convenções são reinventadas continuamente no curso da ação dos homens. Mais que isso, que a continuidade supõe a invenção, e que ela muitas vezes se desvia completamente de representações anteriores. Assim cada espaço pode fazer parte de diferentes narrativas históricas. Mesmo para dar a um espaço urbano o status de ‘centro histórico’, defende-se uma interpretação da história dada por um grupo social específico. Como colocado por Henri Lefebvre (1974), o passado histórico é redefinido cada vez que se concretiza, no presente, uma possibilidade que ele permitiu que fosse realizada.

Acredito, portanto, que a Antropologia deva abarcar em seus estudos de caso esses vários processos de apropriação e representação dos vestígios históricos, a fim de se diferenciar de um discurso proveniente e mantenedor das fontes históricas oficiais. A memória oral e as tradições culturais encontradas em campo são uma ferramenta de extrema importância para a construção do saber antropológico.

## **2.1 POLÍTICAS DE PATRIMONIALIZAÇÃO NA REGIÃO PORTUÁRIA - O CASO DA PEDRA DO SAL**

Nos anos 1930 as políticas de patrimônio tiveram seu arranque inicial com a criação do SPHAN<sup>7</sup>. O Instituto foi responsável pelos primeiros tombamentos na localidade do Morro da Conceição: os Jardins Suspensos do Valongo, local onde outrora funcionava o mercado de escravos, a Igreja de São Francisco da Prainha, a Fortaleza da Conceição e o Palácio Episcopal. A escolha de tais monumentos demonstra uma preocupação com o tombamento de monumentos da história e arquitetura colonial.

Carlos Fortuna argumenta que perante a perda de suas raízes identitárias, os indivíduos buscam na memória da cidade compensações para a correspondente ambivalência de valores, e que isso traz à cidade os efeitos da valorização estética de seu patrimônio histórico, ainda que sujeita a modulações de sentido na transfiguração de seus valores. (FORTUNA, 1997)

A partir da década de setenta as "cidades históricas" passam a atrair mais a atenção do Estado e da sociedade por seus aspectos culturais e marcam uma virada na orientação dos planejamentos urbanos. A requalificação e refuncionalização dessas áreas substituem a criação de novos espaços. As políticas de preservação passam a ter também maior participação da sociedade em meio ao declínio do regime militar.

A Constituição de 1988 trouxe um grande avanço para as políticas de patrimônio no Brasil com a introdução dos "direitos culturais" garantidos por lei. Como definido no artigo 216, fica garantida por lei a atuação da comunidade junto ao poder público na proteção do patrimônio cultural, incluindo as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras. O Projeto Corredor Cultural representa um marco dessa volta ao centro da cidade; iniciado na década de 1980 ele surgiu como uma proposta de resgate de referências arquitetônicas e culturais em áreas do centro urbano do Rio de Janeiro e para isso contou com a parceria do BID - Bando Interamericano de Desenvolvimento- e do Ministério da Cultura.

O tombamento da Pedra do Sal foi proposto em 1984 e oficializado em 1987 pelo INEPAC.

---

<sup>7</sup> **Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)**, criado em 13 de janeiro de 1937, foi o Instituto que precedeu o IPHAN. Seu primeiro presidente foi Rodrigo Melo Franco de Andrade. Entre os colaboradores estavam os poetas Mário de Andrade e Manuel Bandeira, o historiador Sérgio Buarque de Holanda e o arquiteto Lúcio Costa.

*“Isso representou uma mudança significativa nas políticas de renovação. Ao tombear uma pedra erguia-se uma nova hierarquia, de conteúdo valorativo inovador, reconhecendo o papel dos negros como produtores de bens culturais. O tombamento procurou frear o processo de indiferenciação e empobrecimento dos traços no tecido urbano para garantir um intercâmbio de signos que deve caracterizar a cidade” (FERRAZ, 1997, p. 336).*

Como aparece no Relatório Antropológico do Quilombo da Pedra do Sal, o tombamento da Pedra do Sal teve o grande mérito de valorizar um patrimônio da cidade distinto daquelas obras arquitetônicas de estilo europeu, como eram a Fortaleza da Conceição e a Igreja de São Francisco. A Pedra do Sal é testemunho físico de um passado de luta e de resistência dos costumes e crenças afrodescendentes. Sendo assim, a Pedra, o Largo João da Baiana e seus arredores simbolizam um bem cultural que é parte da História da cidade do Rio de Janeiro, e marco de nossa identidade. (ABREU, MATTOS, 2011)

Em 1986 a portaria 002 do IPHAN determinou as especificações para construções e reformas em algumas localidades da região portuária, incluindo as residências do Morro da Conceição.

O arquiteto e urbanista Carlos Fernando Andrade relata em entrevista ter começado a estudar a proposta de tombamento do Morro da Conceição enquanto assumia o cargo de superintendente do IPHAN no Estado do Rio de Janeiro no período de 2006 a 2011. Primeiramente realizou junto à equipe o inventário de bens imóveis da região e em seguida, deu início ao inventário de bens imateriais com a salvaguarda da Festa da Nossa Senhora da Conceição, padroeira do Morro. Ele conta que todas as áreas do IPHAN foram concentradas no Morro, inclusive, a arqueologia. O inventário arqueológico pôde acompanhar o início das obras do Porto Maravilha porque coincidiu com sua primeira etapa de intervenção. Segundo Carlos Fernando, o resultado foi um pouco frustrante dentro da perspectiva do tombamento:

*“Houve uma reação muito forte de elementos de fora do Morro que têm forte influência na opinião dos moradores de lá contra a hipótese do tombamento. Houve acusações veementes de que estávamos tentando fazer um tombamento de cima para baixo, sendo que estávamos justamente em meio a uma audiência realizada no Morro com a participação da comunidade. Algumas pessoas tinham medo também de serem impossibilitadas de reformarem suas casas após o tombamento”.*

O ex-superintendente do IPHAN não nega que o tombamento seria uma medida muito mais radical do que a proteção da portaria 02, que preserva apenas a volumetria das construções. A medida exigiria o consentimento do Instituto até para trocar uma janela. Diz ter entendido ao fim que um tombamento não cabia ali, que seria melhor continuar tratando o patrimônio do lugar sob o ponto de vista do entorno dos muitos bens já tombados. Ele ainda demonstra, no entanto, acreditar na relevância do tombamento na região. Lamenta que os puxadinhos, os

telhados de telha de amianto, as caixas d'água azul, já estariam dando uma aparência de favela ao Morro da Conceição.

Esse juízo de valor remete a uma preocupação com a depreciação do lugar caso o mesmo adquira características de uma favela, com marcas de ocupação desordenada e antiestética. A mesma distinção apareceu no discurso de um morador do Morro, o artista plástico Marcelo Frazão. No início de nossa conversa, Marcelo disse não gostar de chamar o Morro da Conceição de “comunidade”, uma vez que se trata de um eufemismo, um termo mais politicamente correto para se referir a “favela”. “*Ora, ninguém fala em “comunidade” de Copacabana*”. (palavras dele)

Nas duas falas acima, vemos transmissões de valores que classificam e distinguem o que deve ser aceito e rechaçado, fundamentando a filiação dos indivíduos a *habitus* distintos. Por *habitus*, conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu, entendemos leis sociais incorporadas, que se tornam princípios que direcionam práticas sociais, visões de mundo, preferências e aquisições sociais dos sujeitos. (BOURDIEU, 2007)

De acordo com seu *habitus*, o indivíduo confere significado e sentido a suas práticas e aos objetos apreendidos por ele e classifica-as, reforçando uma hierarquia do que é culturalmente aceito ou não segundo os valores característicos de seu processo de socialização e sua trajetória de vida. Nos exemplos acima, símbolos como *caixa d'água azul* e o termo *comunidade* se ligam no imaginário dos entrevistados a uma realidade social distinta da deles, e da qual procuram se distanciar.

A partir da primeira ação do IPHAN na região, iniciou-se então, um movimento em prol da *revitalização* da zona portuária. Em 2001, com César Maia no início de seu mandato na Prefeitura do Rio de Janeiro, foi divulgado pela primeira vez o Projeto Porto do Rio.

Além dos planos de requalificação da malha urbana, o projeto previa também a fundação de uma filial do Museu Guggenheim, que por fim não se realizou. Por outro lado a iniciativa significou um impulso inicial para a construção da Vila Olímpica da Gamboa, em 2005, e da Cidade do Samba em 2006. Aliado a isso foi feita uma reforma no porto para melhorar o desembarque de cruzeiros marítimos.

A Gamboa parece ser hoje um bairro sem delimitação e localização clara para os cariocas. Percebi isso ao pedir informação de como chegar lá para motoristas de ônibus e transeuntes.

Segundo um morador e comerciante de rua, seu bairro se confunde com o Santo Cristo e com o da Saúde, ambos na região portuária. Depois de passar pelo túnel João Ricardo, adentramos esse lugar que já foi um dos redutos centrais da *Pequena África*. Hoje caminhando por ali é notável que passa por um período de transição - o trânsito de pedestres dos arredores da Central escasseia ao se cruzar o túnel João Ricardo, e as obras estão por todos os lados, seu ruído cobrindo tudo.

Os moradores entrevistados diziam não saber ao certo o que esperar das reformas do Porto, por enquanto estaria tudo a mesma coisa, só veem canteiros de obras. Em geral, no entanto, se dizem otimistas quanto às perspectivas para o futuro.

Em 2005 foi fundado na Gamboa, o Instituto dos Pretos Novos – Museu Memorial (IPN). O antigo cemitério era destinado aos cativos africanos que sucumbiam antes de desembarcarem no porto e serem vendidos como escravos. O Cemitério Pretos Novos foi descoberto em 1996 em meio as escavações para a obra de fundação de residência que se realizava nesse local. Foi feito então uma pesquisa arqueológica pelo Museu Nacional – UFRJ e em 2005 os proprietários do imóvel fundaram o Instituto dos Pretos Novos, um museu e centro de pesquisa aberto ao público.

Poucos anos depois foi criado na mesma rua da Gamboa, o Centro Cultural José Bonifácio, originalmente uma escola aberta pelo Imperador Pedro II, hoje sede do Centro de Referência da Cultura Afro-brasileira. O centro cultural constitui-se em uma das âncoras do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, criado pela Prefeitura em 2011. A casa começou a ser reformada dentro da primeira etapa do projeto Porto Maravilha Cultural e está previsto para reabrir as portas no final do ano de 2013.

Em meio às escavações das obras do Porto, foi desenterrado em 2011 sob o Cais da Imperatriz, o Cais do Valongo, o maior mercado de escravos do Brasil e a maior porta de entrada dos africanos nas Américas. Como as estruturas estavam em bom estado, fundou-se ali um sítio arqueológico. Tânia Andrade Lima, arqueóloga do Museu Nacional, coordenou a equipe de pesquisas na área e relatou em entrevista a Revista de História<sup>8</sup> que não se trata de uma descoberta fortuita como a mídia estava divulgando. Segundo ela, existia ali um sítio arqueológico porque há um pilar na área, mas o maior interesse da busca não era o Cais da Imperatriz, e sim o do Valongo, que foi vítima de apagamento deliberado.

---

<sup>8</sup>“Descobertas e Redescobertas no Cais”, Revista de História online ([www.revistadehistoria.com.br](http://www.revistadehistoria.com.br)), dia 23 de maio de 2011.



O Cais da Imperatriz, que foi construído para receber a princesa de Bourbon em sua vinda para casar-se com Dom Pedro II, foi erguido sobre o Cais do Valongo em 1843. Esse fato demonstra uma tentativa de ocultar as relações escravistas que definiam a hierarquia de poder presente no Rio de Janeiro dos anos de Brasil Império. Trata-se agora de um resgate da história ocultada de nosso processo civilizatório.

Durante as escavações foi reunido um vasto material que remonta à história dos escravos africanos vendidos no Cais do Valongo de 1811 a 1843. Tânia Andrade conta em reportagem do *Correio Braziliense*<sup>9</sup> que os escravos tinham pouquíssimos objetos, geralmente sobreviviam dos restos das classes dominantes. No Valongo, no entanto, foram encontrados uma série de objetos pessoais que pertenciam verdadeiramente aos escravos, e que nos levam aos sentimentos vividos por eles nesses anos todos. As peças desenterradas revelam também as distintas nações de origem dos africanos, e suas crenças diferenciadas identificadas nos amuletos e objetos de culto resgatados.

Para atender as exigências do IPHAN de participação popular na elaboração do projeto urbanístico do Complexo do Valongo, a sociedade civil foi convidada a manifestar-se. Algo inovador nas medidas adotadas pelo grupo de trabalho convocado para elaborar o projeto foi a participação de líderes das religiões de matriz africana na definição dos aspectos simbólicos encontrados na zona referida. Três Mães de Santo foram chamadas para fazer uma leitura energética dos locais sagrados da ancestralidade afro-brasileira para serem incorporados no projeto urbanístico. O símbolo do circuito ficou sendo Xangô. O projeto proposto ao final pôde ser executado e foi exposto ao público junto à inauguração da primeira fase das obras do Projeto Porto Maravilha.

Como colocado por Gilberto Velho, *“estamos lidando, ao examinarmos as políticas públicas de patrimônio, com complexas questões que envolvem emoções, afetos, interesses os mais variados, preferências, gostos e projetos heterogêneos e contraditórios.”* (VELHO, 2006) É fundamental no processo de mapeamento da zona portuária do Rio de Janeiro que todas as vozes sejam postas em diálogo a fim de pensar e decidir acerca das mudanças que estão sendo feitas na região.

As historiadoras Martha Abreu e Hebe Mattos, da Universidade Federal Fluminense, destacam a relação direta que existe entre a nova agenda patrimonial no Brasil e as

---

<sup>9</sup> “Canhões do século 17 são descobertos em zona portuária do RJ”, em [www.correiobraziliense.com.br](http://www.correiobraziliense.com.br), 26 de fevereiro de 2012.

reivindicações quilombolas. As políticas de reparação em relação à escravidão africana no Brasil foram viabilizadas pela Constituição brasileira de 1988. O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias reconheceu direitos territoriais aos remanescentes das comunidades dos quilombos, e a promulgação do Decreto do governo federal em 2000 permitiu patrimonializar manifestações culturais como bens imateriais da nação. O conceito de patrimônio pôde ser aceito de forma mais ampla e ajudou aos remanescentes quilombolas a se enxergarem como portadores de um rico patrimônio cultural ligado a sua história, a suas tradições e práticas culturais (ABREU, MATTOS, 2011):

*“Segundo Roberto Slevés, a atual emergência do jongo em várias comunidades do Sudeste, quilombolas ou não, é uma das maiores evidências da força da presença de escravos centro-africanos do século XIX.”* (MATTOS, 2013, p.111).

Em 2005 o Jongo do Sudeste, expressão cultural protagonizada por populações afro-descendentes das antigas regiões escravistas de café do sudeste do Brasil, tornou-se patrimônio cultural brasileiro.

## 2.2 O QUILOMBO DA PEDRA DO SAL

O movimento quilombola está hoje fortemente associado à patrimonialização da cultura imaterial identificada com as populações afro-brasileiras, como é o caso do Quilombo da Pedra do Sal.

*A posse de patrimônios culturais relativos à experiência da escravidão e à memória da África ou do tráfico, exemplos contundente da “resistência à opressão histórica sofrida”, fortaleceu as reivindicações e transformou-se em moeda de legitimação do processo de demanda pela posse de territórios ocupados coletivamente por descendentes das últimas gerações de africanos trazidos como escravos ao Brasil. Todos eles, de uma forma geral, remanescentes de um campesinato negro formado no contexto da desagregação do escravismo no país, ao longo da segunda metade do século XIX.*

*... Passados mais de cem anos da abolição, quebrar com a ética do silêncio, através de quilombos e jongos, apresenta-se paradoxalmente como caminho possível para reverter tal processo de hierarquização cristalizado no tempo e instaurar um universalismo almejado, mas não verdadeiramente atingido, desde o século retrasado. (ABREU, MATTOS, 2011)*

Há disputas territoriais na Pedra do Sal entre populações tradicionais e agentes do poder imobiliário que foram divulgadas pelos canais de comunicação. Internamente há um conflito envolvendo a comunidade remanescente do quilombo da Pedra do Sal e a entidade católica, VOT (Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência), cada uma das partes com demandas territoriais específicas. Os moradores do local estão articulando discursos de visibilidade em busca de reconhecimento de suas identidades coletivas para se afirmarem frente à onda de especulação e às disputas que assolam a região desde os primeiros passos da refuncionalização da zona portuária na década passada.

Desde 2003, o INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- assumiu a competência pela delimitação e titulação das terras dos remanescentes quilombolas, o que antes ficava a cargo do Ministério da Cultura. O Decreto de nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamenta o processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dessas terras. Conforme o artigo nº2: “Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. É, portanto, a própria comunidade que se auto-reconhece como remanescente de quilombo. A Fundação Palmares fica então responsável por emitir a certidão de auto-definição.

A cargo do INCRA fica o estudo da área para elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da terra. Depois que esse documento é aprovado, o INCRA publica uma portaria de reconhecimento das terras quilombolas. A regularização fundiária compreende uma segunda etapa, na qual pode haver desapropriação de ocupantes e pagamento de indenizações. Por fim, é concedido à comunidade remanescente de quilombo o seu título de propriedade.

No caso do processo de regularização do território quilombola da Pedra do Sal chegou-se até a aprovação do Relatório Técnico em novembro de 2010. A portaria de reconhecimento, no entanto, ainda não foi publicada. Na introdução do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da Comunidade Remanescente do Quilombo da Pedra do Sal, emitido pelo INCRA em setembro de 2010, os pesquisadores do Grupo de Trabalho<sup>10</sup> tecem uma reflexão acerca das mudanças de perspectivas dentro da comunidade científica em um contexto chamado por eles de *emergência étnica* no Brasil. Segundo os autores do Relatório, fato significativo para essa evolução foi a aprovação do Artigo 68 da Constituição Federal e sua regulamentação pelo Decreto 4887, que define as novas diretrizes para a identificação e demarcação de terras quilombolas no Brasil.

Os autores do Relatório ressaltam a importância de se incorporar em uma pesquisa como essa a história do conhecimento historiográfico produzido como um problema. Ou seja, ele deve levar em conta as várias camadas de memória que foram se agrupando sobre o contexto social estudado.

As disputas em volta do quilombo da Pedra do Sal envolvem hoje os remanescentes do Quilombo da Pedra do Sal e os representantes da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência (VOT), ligados à igreja de São Francisco da Prainha. Acredita-se que o tombamento da Pedra do Sal em 1987, como patrimônio material do Estado do Rio de Janeiro, tenha impulsionado as discussões sobre os usos e significados da memória afro-brasileira inscrita naquele pedaço da zona portuária.

Como colocado por Carlos Fortuna, “... o patrimônio pode funcionar como intermediário entre a história e a sociedade no ato da livre “apropriação” da mensagem patrimonial e os

---

<sup>10</sup> O Relatório é o resultado apresentado pelo Grupo de Trabalho constituído pela Superintendência do INCRA no Estado do Rio de Janeiro, composto por Miguel Pedro Alves Cardoso – Antropólogo; Vanilton Ribeiro dos Santos; - Engenheiro Agrônomo; Leandro Pires Conti Guimarães - Geógrafo; e João Paes Machado Brito – Engenheiro Cartógrafo.

indivíduos reenviam-na para o domínio de suas representações emancipatórias”. (FORTUNA, 1995)

A reivindicação territorial gerou a demanda pela regularização fundiária depois do despejo de cerca de 30 famílias de um imóvel a mando da Venerável Ordem Terceira da Penitência em outubro de 2005. A Ordem Terceira é proprietária da maior parte dos imóveis do Morro da Conceição depois que os herdou de um padre há mais de trezentos anos, no entanto o domínio só foi reconhecido pela Prefeitura do Distrito Federal em 1942. Os quilombolas também afirmam no Relatório que a disputa teria tido início no mandato do prefeito Cesar Maia quando o projeto de revitalização da zona portuária foi anunciado, englobando a área da comunidade quilombola.

A questão central, de toda forma, diz respeito à especulação imobiliária que se seguiu. Segundo o Relatório os imóveis da VOT eram alugados a preços simbólicos aos ex-moradores dos antigos cortiços e casas populares, fechadas durante a reforma urbana do governo Vargas. Depois do tombamento da Pedra do Sal, os aluguéis dos imóveis sob o controle da Venerável Ordem aumentaram significativamente, o que levou à saída dos moradores originários.

Damião e Marilúcia, da Associação dos Moradores do Quilombo da Pedra do Sal, contam no Relatório que a partir desse momento iniciou-se um processo de ocupação dos imóveis fechados pela VOT (época em que Damião foi presidente da Associação). A atitude da Ordem foi então de retirar os telhados das casas para evitar esse movimento.

Em 2002 os padres da Ordem quiseram desenvolver um projeto social na parte baixa do Morro da Conceição, chamado por eles de “Humanização do Bairro”, por meio de apoios filantrópicos do exterior. Para tanto precisavam tomar posse dos imóveis do entorno da Pedra do Sal, ainda ocupados por antigos moradores da região.

O conflito principal em torno da desocupação dessas áreas teria se acirrado devido à ideia vinculada pelos responsáveis do Projeto de que os moradores da parte baixa do Morro da Conceição não seriam moradores tradicionais, enraizados na região, em contraste com aqueles das partes altas, onde ainda vivem descendentes de portugueses com um poder aquisitivo relativamente maior. Percebe-se, portanto uma forte segmentação dentro da comunidade do Morro da Conceição. O projeto social da VOT tinha aparentemente a bandeira de ‘humanizar’ a população residente nas regiões da Saúde, Santo Cristo e Gamboa, segundo

princípios católicos pregados pela Ordem. Aí se constituía outra dimensão do conflito, uma vez que a maioria dos moradores despejados era de religião de matriz africana.

Em 2004 somou-se ao movimento de resistência da Associação dos Moradores da Saúde, o projeto Sal do Samba, movimento cultural de resgate da memória negra em torno da Pedra do Sal, resultando na fundação da ARQPEDRA, Associação dos Moradores do Quilombo da Pedra do Sal. A ARQPEDRA tem juntado os moradores ameaçados de despejo com uma proposta de propriedade coletiva em compromisso com a manutenção das práticas culturais negras da região. Seus integrantes também relataram aos pesquisadores que buscam captar recursos para fundar um centro cultural na sede do Afoxé Filhos de Ghandi, onde vinham realizando suas reuniões. A criação de um colégio de ensino médio e de uma Universidade Quilombola também faz parte dos planos da ARQPEDRA.

O Relatório Técnico divulgado pelo INCRA defende a manutenção e o revigoramento do patrimônio cultural imaterial herdado pela comunidade remanescente quilombola de seus antepassados africanos, escravizados, que tiveram um papel essencial na formação da sociedade brasileira. O surgimento do quilombo da Pedra do Sal está relacionado, portanto ao local onde havia o tráfico de escravos africanos para o Brasil. Essa herança se sustenta em três bases, segundo os relatores: no samba, no candomblé, e no trabalho portuário. A certidão de auto-reconhecimento veio assinada por cinco pessoas: Damião Braga Soares dos Santos, Marilúcia da Conceição Luzia, Luiz Carlos Torres, Felipe Ferraz Luzia e Israel dos Santos Filho. Todos eles se dizem descendentes dos escravos do Vale do Paraíba Fluminense.

A área reivindicada pela comunidade remanescente do quilombo compreende a Pedra do Sal, o Largo João da Baiana e seu entorno, devido a sua importância como principais símbolos do patrimônio afrodescendente na região. É, inclusive, no entorno da Pedra do Sal que reside a maioria dos membros da Associação e onde geralmente despontam os conflitos com a Venerável Ordem.

Os representantes da Ordem Terceira de São Francisco, e uma parcela dos moradores do Morro da Conceição, questionam a real legitimidade das reivindicações da comunidade autodeclarada remanescente do Quilombo da Pedra do Sal. Para a instituição não há descendência direta de escravos fugidos para a região, e portanto não haveria razão para o reconhecimento. No entanto, sabemos que o conceito antropológico de quilombo vai além desse alcance, e este vem pautando as decisões jurídicas do Supremo Tribunal da Justiça.

Quilombos também se referem a comunidades negras tradicionais que se consolidaram em um território específico com costumes e práticas culturais próprias. Passou a predominar, no campo antropológico e jurídico, as interpretações que consideram a ressemantização da palavra quilombo de forma a valorizar o contexto de resistência cultural que permitiu a viabilização histórica de tais comunidades (O'Dwyer 1995 e 2002; Almeida 1996; Gomes 1996).

*"As comunidades quilombolas seriam constituídas de grupos criados até mesmo após a abolição, mas com raízes e histórias vinculadas à opressão da escravidão, que continuaram, mesmo após a libertação formal, na luta por autonomia econômica e contra a imobilização da sua força de trabalho, no que vieram constituir as chamadas comunidades negras rurais e urbanas", explica o procurador federal Alisson Simeão no portal eletrônico do INCRA.*

O momento é hoje ainda mais delicado no Morro da Conceição porque a VOT está se desfazendo de todos os imóveis que detinha no local, mais de cem propriedades. Há moradores acreditando que a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP) irá se apropriar da maior parte deles, mas por enquanto, nenhum acordo foi feito.

Um tema que preocupou muito a comunidade nos últimos meses foi o risco das escolas mantidas pela VOT também fecharem suas portas. Depois da falência, a escola filantrópica - Escola Padre Francisco da Motta - que a organização mantinha no Morro da Conceição teve que passar para os cuidados da Associação dos Moradores, e contar com uma taxa colaborativa de cem reais mensais dos pais dos alunos. Todos os moradores entrevistados do Morro da Conceição reconhecem a importância da Escola para a comunidade.

Um número significativo de casas está abandonado. Ao lado do Largo da Prainha é possível encontrar uma série de bares sem a menor estrutura que são frutos de ocupação clandestina. Muitos moradores comentam que os projetos sociais da VOT pensados para ocupar essas casas de fato nunca foram para frente. Outros relatam que a "Padaria-Escola" chegou a ter repercussão. Ainda hoje é possível encontrar placas nas portas de casas vazias, referindo-se a essas ações da Igreja. Recentemente alguns desses imóveis começaram a ser ocupados por pessoas de fora do Morro da Conceição. Por enquanto a questão não foi regularizada.

Walmir Pimentel, da Roda de Samba da Pedra do Sal ao se referir à especulação imobiliária na região portuária, diz que *"o que esta acontecendo naquela região é uma neo-reforma Pereira Passos, a diferença é que não tem a questão da vacina. É um bota abaixo sem*

*piedade, mas de forma velada*". Segundo ele, a Prefeitura oferece benefícios tributários àqueles que regeneram os imóveis dentro dos “padrões”, mas têm proprietários que nunca aparecem, deixam a casa abandonada. Sendo assim, esses imóveis ociosos vêm sendo ocupados, mas geralmente falta aos novos moradores poder aquisitivo para conseguir restaurá-los nos mesmos padrões. Por isso, Walmir adverte, esse casario sofre riscos de desabamento, como o que ocorreu recentemente no Largo da Prainha.

A entidade católica e a comunidade quilombola têm se pronunciado na mídia e recorrido ao Judiciário para garantir a posse dos imóveis que acreditam pertencer-lhes. Para os quilombolas, a área é o resultado de um aterro construído por escravos no início do século XX e haveria um decreto real datado de 1826 que concede a posse de todos os imóveis construídos no local aos trabalhadores que aterraram a região e de seus descendentes. A VOT, por outro lado, traz dois documentos para comprovar a propriedade dos imóveis pleiteados: um alvará do então príncipe regente doando a área para a ordem religiosa e uma declaração da prefeitura de 1942 com o mesmo reconhecimento. (GUIMARÃES, 2008)

Desde os processos de auto-reconhecimento junto à Fundação Palmares, algumas celebrações passaram a ser organizadas regularmente na região em datas importantes da história das tradições afrodescendentes. Os integrantes da comunidade quilombo da Pedra do Sal criaram há doze anos o projeto Sal do Samba, que organizava feijoada e festividades na Pedra do Sal. Nestas ocasiões aconteciam também as lavagens da Pedra do Sal pelo Afoxé Filhos de Gandhi e por seguidores das religiões de matriz africana da comunidade. Hoje o projeto já não existe; cedeu espaço para as tradicionais rodas de samba do local.

A Roda de Samba da Pedra do Sal permanece promovendo eventos em torno do samba e das religiões africanas. Segundo um de seus representantes, Walmir Pimentel, a roda está também associada ao movimento do quilombo pela preocupação compartilhada em relação à proteção da herança africana. Eles também participam das festas religiosas da Igreja da Conceição, dia oito de dezembro, e reivindicam junto a Prefeitura o apoio para a realização desses eventos.



## **CAPÍTULO 3**

### **O PORTO MARAVILHA**

A zona portuária do Rio tem sua configuração atual desde o início do século passado. De 1903 a 1906, durante a Administração Pereira Passos, foram executados projetos urbanísticos para a zona portuária em um esforço de apagar os vestígios do passado colonial da cidade. Esse Plano de Embelezamento e Saneamento, segundo ideais de progresso e modernização da época, conduziram as reformas urbanas para uma assimilação do modelo de cidade europeia. O modelo da Paris de Haussmann foi a referência para a transformação do Centro do Rio de Janeiro pelo prefeito Pereira Passos (SANTOS, 2005)

Os bairros surgidos na zona portuária ficaram à margem da modernização do restante da cidade. Com a abertura da Avenida Presidente Vargas, na década de quarenta, o porto fica apartado de vez da cidade e na década seguinte, a construção do Elevado da Perimetral escurece a região e bloqueia a vista do Cais do Porto. As indústrias iam acompanhando os eixos ferroviários e adentrando a periferia metropolitana, enquanto o porto ganhava vazios urbanos. Segundo o economista Carlos Lessa, a cidade foi seguindo uma tendência de verticalização e virando de costas para a baía. (LESSA, 2000: 11)

Uma parte significativa da Baía de Guanabara foi aterrada na época, morros foram abaixo, para corrigir a sinuosidade dessa parte do litoral e ampliar as atividades portuárias. As medidas foram levadas a cabo de forma extremamente autoritária e violenta, removendo e desalojando milhares de moradores do centro da cidade.

Um século depois da Reforma Passos, o porto do Rio passa por um novo processo de remodelação. Em janeiro de 2009, Eduardo Paes assumiu a prefeitura do Rio de Janeiro tendo como um de seus maiores projetos a “revitalização” da região portuária. Após a eleição da cidade da Copa do Mundo de 2014 e a decisão de sediar parte das locações para os Jogos Olímpicos de 2016 na região portuária, esses projetos foram rapidamente postos em execução. Nessa eminência, o Rio se prepara para projetar sua imagem internacionalmente e atrair grandes fluxos de capital, assumindo parcerias público-privadas como a do Porto Maravilha. O poder público pretende integrar a zona do porto ao núcleo da cidade, os setores financeiros e de serviços, investindo no desenvolvimento local e em sua multifuncionalidade.

*A Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro* consta na Lei Municipal 101/2009 e abarca cinco milhões de metros quadrados ao redor do porto, nos bairros do Caju, Gamboa, Saúde e Santo Cristo. Para Saskia Sassen, as áreas centrais das cidades representam um local estratégico para investimento por possuir vantagens estruturais acumulados ao longo do tempo e por sediar o entroncamento das redes de transporte. (SASSEN, 1998)

O projeto prevê a ampliação da estrutura viária, a requalificação dos espaços públicos, modernização das construções degradadas, aumento do fluxo de tráfego na região e aumento da população de 22 mil para 100 mil habitantes em 10 anos. Também consta no projeto a criação de dois museus monumentais, o Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio (MAR), este último inaugurado em março de 2013.

O Porto Maravilha se insere dentro de uma tendência mundial de requalificação das áreas portuárias de metrópoles. A refuncionalização de espaços urbanos obsoletos (em realidade, nunca deixaram de ser espaços com vida, apenas perderam suas funções nas atividades portuárias) seguem políticas públicas urbanas de peso realizadas em regiões portuárias de diversas cidades como as de Inner Harbor, em Baltimore, Port Vell, em Barcelona, Victoria em Cidade do Cabo, Puerto Madeiro em Buenos Aires, entre outras.

Julio Cesar Santos chama a atenção para a inter-relação que há entre o processo de requalificação da zona portuária e a formação de *cidades-espetáculo* (SANTOS, 2005). Segundo ele, o capitalismo contemporâneo pressiona as cidades para investirem nas paisagens e em polos culturais, uma vez que o potencial turístico constitui um forte catalisador da economia.

O termo *gentrification* foi cunhado pela socióloga inglesa Ruth Glass na década de sessenta para referir-se ao processo de ocupação das zonas centrais de Londres pela classe média ocasionando uma modificação da composição social desses locais revalorizados, uma vez que as camadas menos abastadas residentes ali eram substituídas. O conceito, hoje amplamente difundido no estudo do fenômeno em distintos centros urbanos, não é unívoco, recebe diferentes significados de acordo com o contexto em que é suscitado.

*“... a reorganização socioeconômica da sociedade em função de um novo regime de acumulação provoca a emergência de um novo modo de vida urbano e novos tipos de consumo. Esta nova ideologia se exprime na individualização da vida social e cultural, mas também na reestruturação do quadro construído. Grosso modo, ela valoriza o patrimônio histórico representado nas edificações*

*dos centros urbanos, mas este é adaptado para ser ocupado por uma nova classe média de residentes...*” (Swyngedouw & Kesteloot *apud* BIDOU-ZACHARIANSEN, 2006:25).

Uma consequência direta desse processo é a supressão do caráter público desses espaços enobrecidos. Com a chegada da classe média, há uma valorização não só da terra, como também do custo de vida da zona. Os antigos moradores, impossibilitado de arcar com o aumento dos custos, se veem obrigados a retirar-se da localidade e distanciar-se das zonas centrais da cidade. Constatamos assim como o pretexto das intervenções urbanas em prol de uma diversidade social em prática não se aplica, pois gera incorporação de alguns grupos e expulsão de outros.

Nos casos de cidades latino-americanas que passaram pelo processo de revitalização, o principal agente das reformas e da requalificação urbana tem sido o poder público, contando com a parceria da iniciativa privada; o que os aproxima do modelo de *gentrification* descrito pela literatura para compreender os exemplos encontrados na Europa continental. (GASPAR, 2008) Em cidades como Buenos Aires, Cidade do México e São Paulo, a promoção de políticas voltadas ao consumo turístico e de entretenimento também constituiu uma etapa unânime e propulsora da gentrificação.

No balanço bibliográfico reunido por Samantha Gaspar, percebemos como o processo de requalificação urbana na cidade de Barcelona, descrito por Nuria Claver (2006), apresenta semelhanças com o que se delineia na zona portuária do Rio de Janeiro. A autora remonta ao início da década de noventa, quando a cidade passou por transformações voltadas aos Jogos Olímpicos. Ela lembra que a segregação social já se mostrava um prognóstico possível uma vez que o Estado não demonstrou interesse em construir novas moradias populares na região.

Neil Smith entende que a gentrificação deve ser compreendida a partir de duas escalas de análise que se articulam, a global e a local (DUARTE, 2005). Ele compreende o fenômeno como um processo global ligado a períodos de crise na economia mundial, nos quais ocorria uma queda nas taxas de lucro dos setores industriais enquanto os setores financeiros mantinham sua lucratividade no mesmo patamar. Sendo assim, há maiores incentivos para investimento no setor imobiliário, o que favorece o fenômeno da gentrificação. Outro ponto já mencionado, que Neil Smith destaca, é o da atuação do Estado junto a agentes privados no mercado de terras. Essa intervenção vem vinculada ao fomento de uma indústria cultural, uma vez que ela exerce um importante papel na requalificação das zonas revalorizadas.

O atual processo de estetização das paisagens urbanas caracteriza-se por uma folclorização de tradições e pela transformação de obras arquitetônicas em monumentos. (PEIXOTO, 2003) A recriação de festas e práticas cotidianas para serem expostas ao público parece apresentar um estilo de vida cênica, artificial. Quando as práticas de lazer se sobrepõem à vida cotidiana dos moradores do local, cria-se com o turismo uma relação de exterioridade intransponível. O sociólogo François Ascher fala nesses casos, de "hipermercados de modos de vida" para se referir à estetização de regiões antigas das metrópoles e ao fetichismo atrelado às experiências que buscam os indivíduos que por ali transitam. (PEIXOTO, 2003)

Há nesse sentido, uma crítica por parte de muitos autores direcionada à banalização da patrimonialização como estratégia econômica. O mercado do turismo histórico nas cidades precisa criar na mente dos visitantes um imaginário de fruição estética e sensorial para convencê-los de consumir seu produto. Assim os 'lugares de memória' se multiplicam, modificando a relação dos residentes com a cidade. Os centros históricos e as zonas portuárias *espetacularizados* são a nova realidade alegórica das cidades. Deve-se perguntar até que ponto essa tendência generalizada não segue fórmulas padronizadas, criando cenários urbanos como um modelo único, inadequado às especificidades de cada cidade.

Para gerir as reformas, a Prefeitura abriu a CDURP - Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro, na qual outros dois programas estão contidos: o Porto Cidadão e o Porto Cultural, responsáveis pelas ações sociais e culturais na região. Ficou acordado que ao menos 3% do valor arrecadado com o aumento do potencial construtivo na região serão revestidos em programas de desenvolvimento social e na valorização do patrimônio material e imaterial da zona portuária.

Em julho de 2012 foi finalizada a primeira etapa do Porto Maravilha. Uma nova pavimentação, redes de esgoto e fiação elétrica foram instaladas nas ruas do Morro da Conceição e em outras localidades dos bairros da Saúde e da Gamboa. A segunda fase do Porto Maravilha está prevista para ficar pronta até 2016.

Vera, a vice-presidente da Associação dos Moradores do Morro da Conceição com quem conversei, relata que as brigas recorrentes nas reuniões da Associação se dão por conta das "explosões" intermitentes; das obras feitas às pressas e mal acabadas, e da falta de participação da comunidade nas decisões do Porto Novo. Ela havia me apontado insatisfeita os postes de iluminação que instalaram nas calçadas, e que ainda não tinham sido acesos

porque encheram de água. Apesar de tudo, não se coloca contra essas iniciativas, porque aos poucos as coisas vão melhorando: *“Ao menos todas as casas agora tem o tratamento de esgoto garantido; antigamente nem isso havia.”*, conclui Vera.

Marcelo Frazão, artista-plástico da Ladeira João Homem e um dos fundadores do Circuito do Morro, lamenta muito o descaso com que trataram o calçamento de sua rua: *“as pessoas não estão fazendo o dever de casa direito...”*. Mora nesse sobrado com seu irmão, colecionador de arte, há dezesseis anos. Segundo ele, houve também um vazamento de água porque a nova tubulação foi mal feita.

*“O termo revitalização urbana é completamente equivocado, a zona portuária nunca esteve morta-principalmente em termos de cultura, ela esteve abandonada pelo poder público. Sei que nada vai ficar parado no tempo, mas de uns três anos para cá as coisas estão num ritmo, numa velocidade, que nos dezesseis anos morando aqui eu não vi. Meu medo é que a Prefeitura acabe transformando o Morro da Conceição em um Pelourinho carioca.”*

Quanto aos desdobramentos da primeira etapa do Porto Maravilha para a vida dos moradores e comerciantes do Morro da Conceição, podemos dizer que não há consenso. Cada um apresenta um ponto de vista diferente a respeito das transformações em marcha, de acordo com sua função no setor produtivo, seu status social e sua trajetória de vida.

Nelson Diniz do Instituto Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ traça um paralelo entre as duas reformas urbanas ocorridas no Centro do Rio com um século de intervalo - a Reforma Pereira Passos e o Porto Maravilha- defendendo que a *colonialidade dos saberes* sustentou as transformações nos dois períodos históricos. (DINIZ, 2007) Segundo ele, passou-se de um eurocentrismo para um globocentrismo, na ambição de atrair fluxos de capitais e galgar uma posição competitiva na economia mundial. Diniz acredita que as sociedades latino-americanas são aquelas em que as relações de dependência, e as feridas da colonialidade mais se manifestam. Sendo assim, chama a atenção para a necessidade de se pensar em reformas urbanas no Brasil e em outros países latino-americanos a partir de suas próprias condições e estrutura em vez de seguir reproduzindo modelos impostos de fora.

A questão é se não devemos primeiramente integrar à sociedade aquelas populações que viveram tanto tempo a revelia de investimentos públicos antes de adicionarmos obras monumentais à paisagem. Se houvesse políticas públicas que fixassem a população residente no local, o espaço seria concebido de forma menos segregada. Com a proliferação apenas de empreendimentos comerciais para o Porto, teremos um lugar movimentado de dia e ermo à

noite. As unidades habitacionais para famílias de diferentes perfis econômicos ainda não foram visualizadas no Porto Maravilha.

Em julho de 2013 foi publicada uma matéria no portal de notícias online do O GLOBO sobre um novo projeto residencial pensado para o Porto. Por enquanto foi confirmado oficialmente apenas um empreendimento residencial para a região: o Porto Vida, com 1.300 unidades, nas cercanias da Avenida Francisco Bicalho. O Porto Cidade, por sua vez, deve ser o segundo projeto com setor residencial a ser anunciado. Caso o projeto apresentado pelo Grupo Porto Cidade à Caixa Econômica Federal seja aprovado, será construído até 2022 um megacomplexo com edifícios residenciais de trinta pavimentos, hotéis de luxo, e *shopping center*. O Grupo é formado pela Westfield, empresa responsável pelos principais projetos da Olimpíada de Londres, a Related, que desenvolve o maior complexo multiuso dos Estados Unidos e a BNCORP, empresa do Grupo Bueno Netto. A prefeitura do Rio de Janeiro prevê após o término das obras um aumento da população de 22 mil para 100 mil habitantes.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> “Porto Maravilha deve ganhar megacomplexo imobiliário de R\$ 3,5 bilhões”, matéria publicada em [oglobo.globo.com](http://oglobo.globo.com), 24 de julho de 2013.

## **CAPÍTULO 4**

### **OS ARTISTAS DO MORRO DA CONCEIÇÃO**

Alguns artistas do Morro da Conceição, como Paulo Dallier e os irmãos Camila e Tiago, nasceram lá onde hoje produzem seus trabalhos artísticos. Dallier tinha três meses quando chegou em 1932 com os pais, tios e primos na casa onde hoje vive. Morou primeiramente no andar de baixo, onde hoje é seu ateliê. Da família, vive hoje no Morro apenas sua prima, Duda. Dessa época no Morro tem boas recordações das festas carnavalescas e das competições de fantasias.

A carreira artística de Dallier começou com o sonho de se tornar um cineasta famoso. “Eu queria compor a trilogia dos grandes gênios do cinema- Orson Welles e Laurence Olivier”. Nessa época de cinefilia, trabalhava com a mãe em uma quitanda e vivia passando em frente ao Parque Lage com cestas de comida e carvão na cabeça, ali onde viria a ser a famosa Escola de Artes Visuais. Diz ele que naquela época nunca poderia imaginar que se tornaria artista plástico. Trabalhou também com programas de musica na Radio Metropolitana, e na pintura, conta que se iniciou graças a um momento difícil que passou, quando sua sobrinha faleceu e ele foi roubado por seus empregados em uma loja de consertos de eletrodomésticos. Para curar da depressão, comprou três telas e começou a pintar sem noções de técnica. Um dia foi visitar um curso de pintura livre na Quinta da Boa Vista, e teve seu talento descoberto.

Os irmãos Ana Camila Martinho e Antônio Tiago, conhecidos no Projeto Mauá como Camila e Tiago, nasceram no Morro da Conceição na década de oitenta. O avô português, hoje com oitenta e três anos, é quem trouxe a família para a região. Segundo Camila, ele “ficou super brasileiro, sempre morou aqui e só vai visitar Portugal no verão de dois em dois anos”. Antes de se mudar para a casa atual, morou na parte baixa do Morro, onde abriu um armazém com seu irmão. O lugar ainda pertence à família, hoje é o Bar 04, na esquina do Largo São Francisco da Prainha, assumido por Tiago, seu irmão mais velho, e o marido de Camila, seu primo português de terceiro grau. A família mora toda na mesma casa; os avós embaixo, e os “pais, irmãos, marido, gato, cachorro e um monte de passarinhos”, em cima. A mesa de trabalho e o ateliê de Tiago pertenciam a um tio arquiteto.

Tiago conta que se iniciou na pintura em uma oficina que fez com Dallier em sua casa. Ele já estudava Belas Artes, e nem conhecia o artista vizinho, foi seu pai que fez a ponte. Dois anos depois, em 2007, entrou para o Projeto Mauá, inserindo também seu trabalho como gravurista. Na época, a irmã estava morando em Portugal, mas depois que retornou ano passado foi também abraçada pelo projeto.

Segundo os dois irmãos, a influência na trajetória artística veio mais de família, do que do Projeto Mauá. “A gente como morador daqui, a gente nunca participava do Projeto Mauá, porque ele nunca teve aquele envolvimento com os moradores. Eu era desde novinha moradora e artesã pé de chinelo daqui, hoje todo mundo quer falar que sou artista-plástica.” (palavras de Camila)

Percebemos no discurso dos artistas que vieram morar no Morro da Conceição de uns anos para cá, uma mesma intenção ao contarem como se deu essa vinda. Há uma questão levantada por eles de “ser escolhido” pelo lugar, algo que lhes foi dado, presenteado, sem que tivessem que buscar. Osvaldo Gaia, cujo nome artístico é Gaia, conta que morava em Pilares quando veio sem pretensões para o Morro fazer uma visita e foi convidado para uma exposição. Ficou encantado, mas viu que seria complicado conseguir alguma coisa por lá. Uma semana depois, recebe um telefonema com a oferta do terreno. Ele nem pensou duas vezes. “E aí eu digo que ele que me escolheu, né?”. Mora com a mulher na casa há seis anos, e construiu seu ateliê virado para a Ladeira João Homem, gosta de ver o movimento. Gaia começou como autodidata na cerâmica, e hoje se considera um experimentador da arte. Gosta de agregar uma série de materiais em uma mesma escultura, plástico, madeira, linha, porque “é como o ser humano, pra se complementar ele precisa de outros preenchimentos”. Para ele a arte hoje tem que despertar algo em no público, fazê-lo chegar ao inesperado. E para trabalhar com esse mistério, é preciso caçar material.

Adriana Rabello Pereira, artista conhecida como Adriana Eu, conta que morava na Urca e tinha um ateliê em Santa Teresa, quando foi chamada para fazer uma intervenção com outros artistas no Morro da Conceição. “Quando eu vim, foi amor à primeira vista.” O curador da exposição falou para ela ter calma, que não é ela quem escolhe, eles é que te escolhem. Ele lhe ofereceu o andar de baixo da casa enquanto ela não achasse outro imóvel. Dois anos depois apareceu a casa em frente, que ela aluga há cinco anos. Adriana conta que com dezenove anos desistiu de estudar belas artes porque engravidou de sua única filha. Depois de criada, pôde se dedicar a esse sonho, sua carreira de artista tem dez anos, “se é que a gente



conta tão cronologicamente, você vai construindo ao longo sabe, não só numa gradação.” Ela trabalha com arte contemporânea, e dentro disso, se vê como instaladora.

Todos esses artistas são satisfeitos de ter casa-ateliê, onde vivem e produzem. A vantagem que veem é de poder dar vazão a inspirações momentâneas, sem ter que se deslocar. Outro motivo é porque veem o Morro da Conceição como um lugar propício para ambas as coisas, como esmiuçarei mais a frente.

Renato Sant’ana, artista plástico de Cachoeira de Itapemirim, foi o único artista entrevistado que não mora no Morro da Conceição. Explica que é por conta da matéria prima que utiliza, tinta a óleo, que solta um cheiro muito forte. Morador de Copacabana, tem seu ateliê no Morro há uns vinte anos (não lembra exatamente) e foi um dos fundadores do Projeto Mauá. Renato considera seu trabalho expressionista e conceitual. Desistiu da arquitetura para pintar. Assim como Gaia, gosta de experimentar desde os cinco anos. Na sua casa-objeto, como a define, possui um laboratório imenso para as experimentações, além de biblioteca, oficina e jardim de terra, onde pisa para acessar a memória. Se algum dia for sair de lá (“para o campo, como Cézanne”) transformaria a casa em um centro cultural.

Renato conta que o Morro da Conceição foi um acaso em sua vida. Estava em busca de ateliê, e soube que o artista João Brijó estava alugando o dele. “Quando eu pisei aqui pensei: isso aqui tinha que ser meu”. Depois, ao me falar da vocação artística de sua família, diz: “Tudo o que é seu, vem pra você, isso é fatal... se você realmente concentrar, vem”.

Quando se referem ao Morro da Conceição, todos ressaltam sua tranquilidade, seu caráter pacato de cidade interiorana. Artistas como o Renato vieram em busca de um local assim, para se isolar: “Eu vim aqui para ladeira, porque isso aqui era minha parte caverna. Eu entrava aqui e era outro mundo. Lá fora, o buzinaço, inferno”. Hoje reclama das explosões das obras que causam terremoto em sua casa. Prefere pintar à noite quando pode ter silêncio.

Tiago ao falar da tranquilidade do Morro, diz que há uma carga espiritual e que é um lugar integrado. Gaia diz com outras palavras: “Eu vejo uma coisa interessante, é como no Parque Lage... Cito esse exemplo porque há uma aura quando você entra lá, uma aura artística, é como entrar no Municipal, você sente que está em um santuário de cultura. E o Morro da Conceição também tem essa coisa, essa união de artistas, ela dá uma respirada na coisa da arte”.

Essa ideia de santuário também é colocada por Camila. Para ela, é como se existisse em volta do Morro uma cúpula: “Engraçado que eu sempre falei: vou sair para a cidade. E aqui eu já estou na cidade, mas eu não consigo falar diferente- para mim, eu estou saindo de um lugar que está fora de tudo”.

Adriana também faz essa distinção do Morro da Conceição com relação ao restante do Centro, a ideia de uma ilha protegida. Ela conta que se apaixonou pelo tempo no Morro. Lá embaixo o tempo é tão acelerado, e é subir uns degraus, que tudo muda. Ela não imaginava que isso existisse mais, nem no subúrbio do Rio. O que a inspira como artista nesse local é a vida latente, pulsante que existe ali. Na Urca, onde ela morava não havia isso. “Aqui as vizinhas se conhecem, fazem bolo e levam pra outro, e claro, rola uma fofocada danada também, e tem a procissão de Nossa Senhora... é tudo um outro tempo, e isso acaba sendo super inspirador né? Não só pro artista, mas pra qualquer pessoa que tenha mais sensibilidade”. Assim como Gaia, ela fala dessa atmosfera inspiradora para um artista, algo que os atrai e os acolhe no lugar. Depois que ela se mudou, atraiu também sua mãe para lá, e hoje são vizinhas.

Há um forte sentimento de pertencimento ao Morro da Conceição, compartilhado por esses artistas. Nenhum deles pensa em sair de lá. Mesmo Renato, que diz ter aberto seu ateliê ali por acaso, me relatou um episódio simbólico. Teve uma época em que alugou o andar de baixo da casa e que lá iam oferecer uns cursos. Resolveu então mergulhar a mão na tinta branca e carimbar o chão. Depois de dois anos, pessoas entrando e saindo, ele voltou e a mão ainda estava lá. Achou aquilo uma macumba.

Por conta dessa relação dos moradores com o lugar, Gaia acredita que os proprietários das casas da parte alta do Morro não sairão facilmente de lá, apesar da especulação imobiliária já estar ocorrendo. Ele fala de pequenas ações e condutas que são internalizadas pela vizinhança. Se ele colocar uma teia de arame farpado em seu portão, estaria agredindo sua vizinha, então não coloca. Todos se sentem seguros, deixam a janela aberta, porque há uma vigilância mútua, uma união na comunidade.

Dallier, Frazão e Renato foram três dos quatro pioneiros do Projeto Mauá em 2001. Começou com atividades de dois em dois anos, depois passaram a ser anuais. É possível notar que os artistas fundadores têm perspectivas distintas quanto ao futuro do Projeto. Da vez que conversei com Marcelo Frazão, ele já falava de divergências entre os organizadores do evento

e que o foco estava ficando muito comercial. Ao encontrá-lo de novo, me contou que havia deixado o Projeto.

Dallier, por outro lado, contou com orgulho que o prefeito na inauguração do Porto Maravilha prometeu realizar exposições a céu aberto no Morro da Conceição porque lá já existe um grande projeto cultural. O artista fala com entusiasmo da maior visibilidade do Projeto Mauá.

Renato se mostra bem mais distante do Projeto, não comentou das oficinas, e admitiu não frequentar as reuniões (semanais) por sua história já estar muito “mastigada”. Fala que é um cara de ateliê, mas todos o conhecem e sabem que ele apoia tudo.

Antigamente os ateliês abriam somente para visitação, mas desde 2011 abrem também para oficinas gratuitas. A partir do ano que vem elas vão abrir durante dois meses, no primeiro e no segundo semestre. Elas ocorrem dentro dos ateliês dos próprios artistas e têm o intuito de propagar as técnicas de cada um e proporcionar novos meios para a geração de renda da comunidade. Ao término das oficinas, toda a comunidade é convidada para participar da exposição dos trabalhos.

Gaia diz que não caiu à toa no Morro da Conceição, ele está adorando dar aulas para crianças: “vim com um propósito, e as pessoas aqui também têm”. Acredita que pode contribuir com seu conhecimento, sua criatividade e seus dons. As oficinas serviriam para criar uma comunhão entre os vizinhos, “o ser humano precisa disso, dessa troca, dessa integração”. Gaia foi o artista que se mostrou mais empolgado com as oficinas. Um dia me contou que em Belém, sua terra natal, há menos artistas, mas a “classe” (de artistas) é coesa e briga por objetivos maiores. Quando se mudou para o Rio de Janeiro, sentiu que os artistas são muito segmentados por bairros, não expõem juntos e não fazem questão de se juntar. O Projeto Mauá quer agora se regularizar para participar de editais de fomento a cultura.

Vemos como o Projeto Mauá foi reformulando suas propostas nos últimos anos. Camila e Tiago relataram que o Projeto era totalmente desconectado dos moradores, e hoje reconhecem que há uma tentativa de introduzir mais a comunidade.

Adriana participa do Projeto há quatro anos. Ela acha que desde o ano passado, os artistas passaram a se organizar mais, mas que na cabeça dela, ainda é muito rascunho. Pessoalmente diz não se beneficiar abrindo as portas no Projeto Mauá porque não realiza vendas nesses

eventos. Entrou porque os artistas insistiram depois de sua participação na elaboração da Festa de Nossa Senhora da Conceição.

Com relação à revitalização da zona portuária, pode-se dizer que os artistas do Morro da Conceição têm diferentes acepções e expectativas. Primeiramente, é interessante notar que muitos deles não acreditavam nessa transformação imediata. Adriana lembra que quando chegou à área em 2008 já se falava do Porto Maravilha, mas ela não acreditava direito, pensava que fosse demorar muito mais. Conta que isso não interferiu em sua escolha de escolher morar lá. Camila, que estava fora quando as obras começaram também conta que só agora está vendo as mudanças de fato acontecerem, o que lhe dá esperanças.

Quanto a isso, Gaia diz ter uma visão de arquiteto, que mede em médio prazo. As obras de grande porte como essas demoram a ficar prontas, mas para ele as melhorias já têm aparecido, é preciso acreditar. “As coisas estão super aceleradas e muitas vezes as pessoas ainda estão caminhando.” O Museu de Arte do Rio (MAR) já representa para ele um grande avanço, porque da visibilidade ao Morro da Conceição e aos seus artistas. Gaia diz que a visitação em seu ateliê aumentou muito desde o início das obras do Porto Maravilha. Camila concorda com a maior visibilidade, “as pessoas com esse burburinho todo no porto, estão se interessando mais”.

Renato também considera o MAR “uma maravilha”. Conta que tem três anos que começou realmente a vender seu trabalho. Ou seja, após a entrada do Porto Novo na área. O artista também aponta como fator positivo das obras, a valorização dos imóveis. Sua casa virou uma espécie de casa-objeto, valendo mais de dois milhões de reais. Apesar de dizer isso, não pensa em sair de lá.

Esse fluxo maior de visitantes na região depois do início das obras é um fato que cada um dos entrevistados ressaltou. Tiago vê nessa tendência uma vantagem interessante, os fins de semana deixarão de serem dias vazios de gente, com a presença de turistas. Sua irmã, Camila, acredita que as mudanças podem trazer um colorido, uma limpeza, que estava faltando; “a zona portuária era muito obscura”. Ela conta quando estudou em colégios da Zona Sul, alguns colegas achavam que ela era filha de porteiro por morar no Morro da Conceição.

Como efeito negativo da revitalização, a maioria dos artistas entrevistados demonstra um medo de que novos moradores tomem o lugar dos antigos. Adriana expressa esse receio: “O que faz as pessoas aqui são as pessoas que resistiram ao tempo, e que foram ficando, não

abrindo mão desse lugar. Isso que faz esse lugar ser interessante: o padeiro que passa de bicicleta entregando de manhã, os caras virem com passarinho pra praça de manhã pegar sol, jogo de marinho, que só se joga aqui, (não existe mais em lugar algum- é um jogo de tabuleiro, de aliados), aí meu medo é que essas pessoas acabem cedendo”. Por mais que ainda não tenha sentido esse reflexo, fala de uma ‘coincidência’ que a deixou muito tocada: de um ano para cá, quando as mudanças ficaram mais aparentes, morreram algumas senhorinhas, vizinhanças suas, como se sentissem que não havia mais lugar para elas.

Junto com esse receio de uma transformação da vizinhança, há uma preocupação com o novo “perfil” que o Morro da Conceição pode vir a adquirir com o Porto Maravilha. Adriana mesmo, contou na entrevista, que chegou a abrir um café com um amigo cozinheiro em sua própria casa-ateliê. Ela tinha medo de causar muito impacto no lugar, por ser residencial, então abriu como ‘O Provisório’, somente aos fins de semana, pedia aos clientes que não viessem de carro, criou um cardápio para cliente de fora e outro mais em conta para o morador local. Conseguiu assim fazer com que as pessoas de dentro do Morro frequentassem mais do que os de fora. No entanto, após ter tido divulgação em revistas e jornais, o café passou a atrair muita gente e ela preferiu fechar.

Marcelo Frazão também abriu há quatro anos o Bar Imaculada, o único restaurante do Morro da Conceição. Fora esse estabelecimento, há apenas outros três bares. Sua maior preocupação foi a de não perturbar os vizinhos, por isso o lugar fechava cedo. Depois passou o negócio a pessoas que entendem o perfil do local e respeitam isso. Seu maior medo é que transformem o Morro em uma nova Lapa.

Gaia e Adriana são os dois artistas que se mudaram para o Morro da Conceição nos últimos seis anos. Ambos dizem que a os planos do governo para revitalizar a região não influenciaram suas escolhas de moradia. Gaia diz que são coisas independentes, “o artista tem que focar, se tornar presente com a obra dele”. Adriana diz que não pensou nisso, atribui o interesse crescente dos artistas pela região hoje ao processo de revitalização.

Vemos que as tradições religiosas e portuguesas do Morro da Conceição muitas vezes entram em choque com as novas tendências das gerações atuais. Um episódio bem representativo, relatado pelos irmãos Camila e Tiago, ocorreu na Festa da Igreja no ano passado. A Associação dos Moradores distribuiu alguns banners de divulgação com o nome do grupo de funk que ia tocar na festa, um nome pejorativo que eles não recordam, e isso causou uma

grande confusão com a Igreja. Os dois acreditam que o ritmo hoje “que mais pega” na região é o funk.

Raphael Vidal, ex-coordenador de eventos do MAR, e atual sócio da Casa Porto, foi um dos responsáveis pela retomada do Bloco da Conceição. O bloco carnavalesco estava há alguns anos parado, porque foi descaracterizado por um estilo mais bateria de escola de samba, que não agradou a comunidade. “Não é a cara daqui, o Morro da Conceição é marchinha, sopro, charanga, é Olinda, sabe? Não é Império Serrano...”. Vidal acredita que os moradores da região não conhecem sua herança africana, são condicionados pela cultura da mídia, o que pode acabar por tirá-los dali.

Na contramão das novas tendências há, portanto, moradores tentando retomar tradições. Para Adriana, a herança cultural da região ainda está bastante presente no imaginário das pessoas, mas também tenta retomar tradições. No caso, a tradição portuguesa, de pendurar toalhas de renda e lençóis pela janela no dia procissão. Assim que chegou ao Morro, também iniciou um costume que já virou “tradição” segundo os moradores. Por conta de seu trabalho relacionado a afeto, fez um tapete de flores para o dia da procissão na festa da Igreja. Os moradores aprovaram e agora ela é encarregada da tarefa todos os anos. Seu questionamento é em relação ao tombamento adotada nas casas do Morro da Conceição, que obriga as pessoas a preservarem suas fachadas, sendo que na maioria das vezes elas alteram todo seu interior. Adriana considera essas medidas de fachada, literalmente. Esse espaço híbrido que se forma representa uma negociação do passado com os valores dos novos moradores e pode ser uma metáfora para pensar as próprias tradições ressignificadas por eles nesse lugar que têm muitas edificações tombadas.

Vidal acaba de abrir com outros quatro sócios, a Casa Porto, no Largo São Francisco da Prainha. A proposta deles é de trabalhar com dois eixos, o de memória e o de desejos; o que é a nossa História e o que a gente quer ser. Vidal fala que a ideia da Casa Porto é de representar a região portuária. O café vai vender comidinhas locais, a galeria expõe obras de artistas da região- com a parceria do Projeto Mauá, e vai haver cursos de capacitação na área de cultura e eventos. Ele enxerga as mudanças como ondas naturais; seu objetivo é aumentar o potencial criativo da região para que os moradores locais se beneficiem dos investimentos vindos de fora. “Queremos mostrar que de dentro para fora a gente consegue fazer um grande projeto”.

Na primeira entrevista que realizei com ele, Raphael ainda era coordenador de eventos do MAR e dizia trabalhar e viver da herança africana na região portuária. Ele mora no Morro da Conceição há oito anos, já se mudou três vezes lá dentro, casou, teve filho, separou-se e hoje fala que não pensa em sair do Morro tão cedo, é um lugar que ele abraçou e que lhe abraçou também. Concorde com quem diz que o museu na porta de entrada do Morro da Conceição é uma contradição em si, devido aos altíssimos investimentos que recebeu, mas pensa também que esta contradição está conseguindo "provocar", e construir projetos junto à comunidade. Essa seria para ele a maior herança do MAR.

Sua história é bem interessante porque seu movimento de promover eventos culturais e se articular com toda a vizinhança é que o levou a assumir um cargo de grande responsabilidade no museu recém-inaugurado na zona portuária. Antes disso ele trabalhava como editor, mas pela sua fama no Morro chegaram a acreditar que ele fosse produtor cultural. Vidal diz ser reconhecido pelos moradores como uma pessoa que cria elos, uma vez que sempre procurou organizar seus eventos em diálogo com os vários grupos pertencentes à comunidade. Um exemplo do sucesso desse esforço foi a Festa Literária FIM- Fim de semana do livro no Porto, que organizou junto a três amigos no Morro da Conceição em outubro de 2012. O evento contou com várias atrações, apoiadores, e provavelmente entrará para o calendário da cidade.

Raphael conta que contratou quarenta moradores para realizar o evento, capacitou-os, e alguns deles foram depois trabalhar no MAR, no Galpão Gamboa, na Casa França-Brasil... Sua ideia é aproveitar esse boom para trazer benefícios para a comunidade.

Antes disso, Raphael Vidal uniu esforços com pessoas do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN) e da Companhia Brasileira de Mysterios e Novidades para que se estabelecesse um diálogo mais profícuo entre essas instituições preocupadas com o legado das tradições afro-brasileiras na região. O resultado desse encontro foi uma linda festa feita em homenagem ao Dia de São Jorge, dia 23 de abril desse ano. Segundo Raphael, o assim chamado Condomínio Cultural da Região Portuária, contou com uma comidas típicas, cortejo e um grande espetáculo de rua na Praça da Harmonia. A ideia dos artistas envolvidos era a de ocupar efetivamente o espaço de circuito histórico da herança africana com manifestações populares para celebrar o dia do santo "guerreiro".

Com relação ao enraizamento dessa herança africana, que tem sido enaltecida por todos esses projetos independentes ou junto ao Porto Maravilha Cultural, Vidal diz ter cuidado. Ele

ressalta que a tendência é de colocar tudo junto, mas que na realidade, o Morro da Conceição e a Pedra do Sal são lugares com histórias bem distintas. Há, segundo ele, uma relação da região com a diáspora baiana, mas não há somente essa relação... Há também a da cultura europeia através da presença portuguesa que se perpetua por muitos anos no Morro da Conceição. Sua reflexão diz respeito a uma distorção do discurso vigente. A herança africana não está tão enraizada nas pessoas como aparece na mídia, nos circuitos e nos eventos recentes. Vidal diz que sua maior motivação é conseguir deixar, através de seu trabalho, a história da região portuária viva na memória de seus habitantes.



## CONCLUSÃO

Sabemos que um lugar nunca para no tempo. Os moradores mais antigos do Morro da Conceição, a quem os entrevistados se referem ao falarem da existência de outro tempo, certamente não sentem o transcorrer das horas se reter. O que pode haver é outra relação com o tempo por parte da velha guarda do lugar. Há valores e costumes cotidianos de famílias portuguesas que se perpetuam na localidade: uma convivência e relação próxima da vizinhança, momentos compartilhados nas calçadas, abertura maior do espaço privado para o público, entre outros. Os novos moradores se sentem, portanto, em um estado de liminaridade quando se encontram lá. O lugar, no entanto, se transforma em constante diálogo com a cidade. A própria chegada dos artistas, os novos integrantes do Projeto Mauá, ao Morro da Conceição, e a consequente incorporação desse novo perfil do lugar com circuito de ateliês já é um sinal de sua remodelação.

Os novos moradores atribuíram novos sentidos ao lugar. Há sensibilidades compartilhadas que explicam porque o Morro da Conceição os atrai para viver e trabalhar. Os artistas pertencentes a uma classe média, que moravam na Zona Sul, como Adriana Eu, normalmente não se voltariam para o Morro da Conceição. O que a atrai ali são valores e histórias aos quais atribui importância e com os quais se identifica. Cria-se então um sentimento de pertença quando passa a compartilhar esses significados.

Essa identificação leva essas pessoas a um esforço de preservar certas tradições, que são plurais no Morro da Conceição. O lugar está imbuído de valores e costumes que foram deixados de lado nos últimos anos, e que agora estão sendo preservados e ressignificados por novos agentes. Vemos assim, como um lugar em transformação como o Morro da Conceição, está sujeito a processos de contínua recomposição.

Hobsbawn e Ranger apontam para a “reinvenção” dos significados e funções dos patrimônios históricos e das memórias locais na medida em que suas marcas de tradição se convertem em capital de inovação. Seguindo essa linha de pensamento, Carlos Fortuna vai falar de uma destradicionalização do patrimônio, e consequentemente, da imagem da cidade. Segundo ele, enquanto alguns usos do patrimônio local são esquecidos outros são *sacralizados*, levando a uma modernização das cidades (FORTUNA, 1997).

No caso do Morro da Conceição, suas tradições passaram a ser interpretadas também por seus novos moradores. Adriana ao se mudar para lá resolveu retomar a tradição das toalhas brancas na procissão da Festa da padroeira do Morro, Rafael Vidal faz o mesmo com o bloco carnavalesco de rua. A “equação entre raízes e opções” a que Boaventura S. Santos atribui a base da construção social da identidade moderna, se resolve nas ressonâncias do passado sobre o presente, em que há uma supremacia do segundo sobre o primeiro. (FORTUNA, 1997) Assim, o passado ressignificado, se torna novo.

Pierre Nora faz uma reflexão sobre o momento atual de nossa história ao analisar os *lieux de memoire*. Nora acredita que um sentimento de ruptura com o passado e de diluição da memória por parte da sociedade, a leva a buscar uma encarnação dessa memória (1993). Passamos assim, de uma cultura da memória para uma cultura da história. Essa ideia está presente não apenas em teorias críticas dentro das Ciências Sociais acerca do afã patrimonializante das sociedades modernas, como também no discurso de indivíduos inseridos no contexto analisado que se sentem desconectados de um passado distante.

Maurício de Almeida Abreu, em seu artigo “Sobre a Memória das Cidades”, defende que a atual tendência das sociedades a abolirem o “lugar”, visto aqui como espaço singular, reforça ao mesmo tempo a busca por sua singularidade. Ainda que os avanços tecnológicos e as manobras homogeneizantes da era da globalização fazem com que o lugar esteja em todo lugar (SANTOS, 1994), essas forças geram também impulsos para a sua diferenciação. Vimos que a aposta na valorização da diversidade cultural de bairros redescobertos dos centros urbanos faz parte do fenômeno global da gentrificação.

A pesquisa no Morro da Conceição nos fez ver que para além de seus aspectos singulares, os processos locais devem ser compreendidos também em sua relação com fenômenos de outras escalas - regional, nacional e global. No texto “Alguns experimentos em arte e política” (2011), Bruno Latour descreve uma instalação do artista Sloterdijk na Bienal de Veneza para levantar algumas de suas reflexões sobre arte e política. Latour coloca as ‘redes’ e as ‘esferas’ presentes na obra em oposição umas as outras. As primeiras seriam, segundo ele, conexões de longa distância, e as segundas, condições atmosféricas locais e frágeis. As redes delimitam bordas, as esferas “destacam envolventes e entranhas”. Latour faz uso dessa imagem como metáfora do mundo globalizado e destaca uma lição importante: assim como o tecido se tece finamente fio por fio, uma identidade sólida também depende da qualidade da conexão com seu exterior. O autor propõe então seu modelo de *composição* como alternativa à

modernização; em vez de procurarmos interpretar o mundo a partir de divisões, podemos levar em conta a hibridização na sua descrição.

Acredito que essas reflexões sejam de extrema importância para realizar estudos de comunidade na Antropologia, nos quais as tradições populares, como o samba de roda na zona portuária e as manifestações ligadas às religiões afro-brasileiras, vêm sendo ressignificadas e traduzidas para fora do local por meio de grandes empreendimentos como o do Porto Maravilha.

Alguns teóricos do multiculturalismo, como o indiano Homi Babha, falam que existe nesses casos uma negociação das diferenças, ou dos poderes cultural e simbólico, o que cria o “cosmopolitismo vernacular”, ou o espaço das traduções culturais. Vemos no Morro da Conceição um cenário múltiplo, de influência portuguesa e africana, em que não faz sentido trabalhar com uma única categoria de identidade sócio-espacial. O Morro apresenta traços da herança africana e forte influência dos tempos de Pequena África, a diáspora baiana do final do século XIX, no entanto, sua configuração lembra também a de um tradicional bairro português, uma vez que por ali se iniciou a urbanização do Rio de Janeiro em meados do século XVI, e grande parte dos atuais moradores são brancos. Nos últimos anos vem sendo foco de uma série de iniciativas de patrimonialização e de maior integração ao restante da cidade.

O conceito de paisagem, muito utilizado por historiadores da arte, é pensado pela socióloga americana Sharon Zukin também como expressão das estruturas de poder de uma sociedade. Sua concepção traz a tona uma série de tensões; uma delas é a que se estabelece entre a paisagem e o *vernacular* da cidade, entendido aqui também como o espaço habitado pelos indivíduos desprovidos de poder. (ZUKIN, 2000) A modificação da paisagem nas cidades brasileiras desde início do século XX é um exemplo dessa busca pela adequação das cidades a uma concepção estética e ideológica da modernização, que acaba por remover da paisagem quaisquer vestígios das classes populares. No século XXI os modelos são outros, mas as classes populares continuam sendo relegadas a segundo plano.

A autora também faz outro uso do termo “vernacular”, em analogia ao “lugar” para se referir o espontâneo da paisagem urbana, onde se dão as atividades diárias e os rituais sociais. O “lugar” é visto como uma força propulsora e mantenedora das comunidades locais, constituídas pela noção de espaço. Ela aponta em suas pesquisas para o caráter liminar que

existe entre mercado e o “lugar” no cenário das cidades pós-modernas. Há uma forte tensão entre as forças estruturais do mercado e o lugar propriamente dito, porque enquanto o primeiro se volta para a mudança, a modernização, o segundo se atém à tradição e à estabilidade.

Olhando para o novo Porto Maravilha é possível observar como as forças de mercado vem trazendo rupturas a essa paisagem e causando mudanças significativas ao “lugar”. O mapeamento da paisagem é um processo estrutural, e hierárquico, que age não só sobre o ambiente construído, como sobre as representações coletivas. Segundo o geógrafo americano David Harvey é possível observar uma coerência estruturada entre as formas visíveis da arquitetura e seus significados, ou suas forças invisíveis, atribuídos à paisagem urbana. Para ele, a conquista do poder nas cidades modernas se daria pelo domínio e pela recriação dos “espaços de representação” (1992). Sabemos que a paisagem é além de uma construção material, uma representação simbólica das relações sociais e espaciais.

De dentro da corrente estruturalista, Marshall Sahlins defende que a razão simbólica é aquela que conduz a experiência humana, que a nutre de significação (SAHLINS, 2003) Tomando como base o mercado de alimentos e de vestuário norte-americano, o autor aponta para a ordem cultural do capitalismo e demonstra como os bens materiais também são uma forma de simbolizar. Podemos nesse caso transpor as reflexões de Sahlins sobre a apropriação cultural do mercado de alimentos e de roupa para uma apropriação cultural do espaço. Nas áreas centrais de cidades antigas como o Rio de Janeiro, onde as atividades portuárias e industriais ficaram obsoletas, as classes mais abastadas da cidade passam a se apropriar do *vernacular* como paisagem, atraindo novos influxos de capital.

Assim, por mais que os recém-chegados muitas vezes valorizem um cenário múltiplo, e estilos ‘autênticos’, a tendência é que a população originária não consiga arcar com os custos de vida e se retire para locais mais distantes do centro. Dessa forma, criam-se espaços enobrecidos, movimentados fortemente pelo capital cultural.

Vimos que as perspectivas críticas em relação aos museus e as políticas patrimoniais nacionais também podem ser analisadas a partir do contexto abordado aqui. As propostas para exposição de sítios arqueológicos e para coleções de museus etnográficos no Brasil têm sido repensadas a partir de uma perspectiva menos representacional e totalizante. Além disso, há um esforço de deixar claro os esquemas hierárquicos que muitas vezes definiram a forma de apresentação e apropriação dos objetos expostos. O aterramento do Cemitério dos Pretos

Novos e do Cais do Valongos são exemplos disso. Os processos de recontextualização de peças arqueológicas encontradas durante as escavações na zona portuária são apropriações de extrema importância que devem ser expostos à população.

Constatou-se que a valorização da história da diáspora baiana e das tradições africanas da zona portuária não surgiu de iniciativas do poder público. A sociedade civil está negociando permanentemente com a Prefeitura, IPHAN e representantes do Porto Maravilha na tomada de decisões a respeito do futuro da região. Moradores, artistas, integrantes do movimento negro, do samba da Pedra, lideranças religiosas, arqueólogos e historiadores, além de agentes de fora frequentadores da região, estão mobilizados na construção da malha de sentidos que cobre a extensa área entre a Baía e o Morro.

A nova paisagem do porto de entrada do Rio de Janeiro é a materialização de um processo complexo de negociações e conflitos. Não há um consenso por parte da comunidade local com relação às perspectivas da reconfiguração urbana, mas é notório que ela atua sobre diversas frentes para provocar o debate e garantir o seu lugar de fala.

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Mauricio de Almeida. “Sobre a Memória das cidades”. Revista Território. Rio de Janeiro, n. 4, 1998.
- ABREU, Martha; Mattos, Hebe: “Remanescentes das Comunidades dos Quilombos: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação”, apresentado no Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.
- ARANTES, Érika Bastos. O Porto Negro: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX. Dissertação de Mestrado, Unicamp, 2005.
- ASSMANN, Jan. *Collective Memory and Cultural Identity*, New German Critique 65 (Cultural History/Cultural Studies), 1995.
- BIDOU-ZACHARIANSEN, C. Introdução. In: Bidou-Zachariansen, C.; Hiernaux-Nicolas, D.; Rivière d’Arc, H. (orgs.) De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo, Annablume, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. “Cidade Febril”, São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- DINIZ, Nelson. De Pereira Passos ao projeto Porto Maravilha: colonialidade do saber e transformações urbanas da região portuária do Rio de Janeiro. XII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2007, Bogotá.
- FERRAZ, Eucanaã - O tombamento de um marco da africanidade carioca: a pedra do sal. In Revista IPHAN, nº 25. Rio de Janeiro, 1997, p. 335- 339.
- FORTUNA, Carlos. “Destradicionalização e imagem da cidade”, in Carlos Fortuna (Org.), Cidade, Cultura e Globalização. Oeiras: Celta Editora, 1997.
- FORTUNA, Carlos. “As cidades e as identidades: narrativas, patrimônios e memórias”. In Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.12, nº 33, fev. 1997.
- GASPAR, Samantha dos Santos. “Gentrification: processo global, especificidades locais?” In Ponto Urbe- Revista do núcleo de Antropologia Urbana da USP, Ano 4, Versão 6.0, 2010.
- GLASS, Ruth. *Aspects of Changes*. University College, London. Centre for Urban Studies.; London, MacGibbon & Kee, 1964.
- GOULART, Ronaldo G. O processo de reabilitação e renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro e suas perspectivas. Scripta Nova - Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2005, vol. IX, núm. 194.
- GUIMARÃES, Roberta Sampaio. Discursos de visibilidade e novos usos do território: o caso da Pedra do Sal (RJ). ANPOCS/ Caxambu, 2008.

- HARVEY, David. “Condição pós-moderna.” São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HONNETH, A., Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2008.
- LATOURETTE, por Bruno Eduardo de Jesus. “Alguns experimentos em arte e política // Some experiments in arts and politics”. Dispositiva, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, dez. 2011.
- LEFEBVRE, Henri. La production de l’espace. Paris: Ed Anthropos, 1974.
- LESSA, Carlos. O Rio de Todos os Brasis: Uma Reflexão em Busca de Autoestima. São Paulo: Record, 2000.
- LOPES, Nei. “Partido Alto, Samba de Bamba”, Rio de Janeiro, Pallas, 2005.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. “História, antropologia e a cultura afro-americana: o legado da escravidão”. Estud. av. São Paulo, v. 18, n. 50, Apr. 2004.
- MATOS, Patrícia. O reconhecimento, entre a justiça e a identidade. Lua Nova, nº 63, 2004.
- MATTOS, H (org.). Diáspora Negra e Lugares de Memória. A história oculta das propriedades voltadas para o tráfico clandestino de escravos no Brasil Imperial. Niterói: EDUFF, 2013.
- MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard. O Nascimento da Cultura Afro-Americana: uma perspectiva antropológica. São Paulo: Pallas, 2003.
- MOURA, Roberto. Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, dezembro de 1993.
- PEIXOTO, Paulo. 2003. Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades, Sociologia, 13: 211 – 226.
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio.” In Revista Estudos Históricos, Brasil, jun. 1989.
- SAHLINS, Marshall. 2003. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- SANTANA, Nara. M. C. Memória, Políticas de Patrimônio e Turismo: o corredor cultural no Rio de Janeiro. Em: XXVI Simpósio Nacional de História - Anpuh 50 anos, 2011, São Paulo.
- SANTOS, Julio César Ferreira. Políticas espaciais de requalificação urbana na área central do Rio de Janeiro: nova estética da desintegração local e espetáculo da projeção global, in Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, volume IX, número 194 (43). Barcelona: Universidade de Barcelona, 2005.
- SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo. São Paulo, Hucitec, 1994.
- SASSEN, Saskia. As Cidades na Economia Mundial. São Paulo: Nobel, 1998.
- SILVA, Hélio R. S.. A situação etnográfica: andar e ver. Horiz. Antropol., Porto Alegre , v. 15, n. 32, Dec. 2009 .

-SOARES, Carlos Eugênio Líbano . A pequena África: um portal do Atlântico. Rio de Janeiro: CEAP, 2011.

-VASSALLO, Simone P. - Desenterrando memórias: uma análise das disputas em torno de sítios arqueológicos afrodescendentes na Zona Portuária do Rio de Janeiro. In: 36º Encontro Anual da Anpocs, 2012, Águas de Lindóia- v. 1.

-VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. Mana, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 1, 2006 .

-WAGNER, ROY. A Invenção da Cultura. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

-ZUKIN, Sharon. “Paisagens Urbanas Pós-Modernas: Mapeando Cultura e Poder”. In Arantes, Antônio Augusto (org.). O espaço da diferença. Campinas, Papirus, 2000.



## ANEXOS



Vista da Baía de Guanabara desde o Morro da Conceição, maio 2013. Foto: Júlia Vilhena



Praça Onze, início século XIX.

Fonte: [www.jornalcopacabana.com.br](http://www.jornalcopacabana.com.br)



Ladeira João Homem , Morro da Conceição, maio de 2013.

Foto: Júlia Vilhena



Fachada das casas abandonadas próximas ao Valongo, maio de 2013. Foto: Júlia Vilhena





Projeto Porto Maraviha- zona portuária do Rio de Janeiro. Fonte:  
<http://www.imovelrj.com/revitalizacao-do-porto-do-rio-porto-maravilha>



Museu de Arte do Rio de Janeiro (MAR), maio de 2013.

Foto: Júlia Vilhena



Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Dezembro, 2013.  
Foto: Júlia Vilhena



Procissão da Festa da Padroeira do Morro, 8 de dezembro de 2013.

Foto: Júlia Vilhena





Tapete de Flores da artista Adriana Eu para o dia de Nossa Senhora da Conceição. Foto: Vilhena



Oficina de arte do Projeto Mauá com o artista Gaia. Fonte: <http://paulodallier.blogspot.com.br>



Casa de 1886, do artista Paulo Dallier.

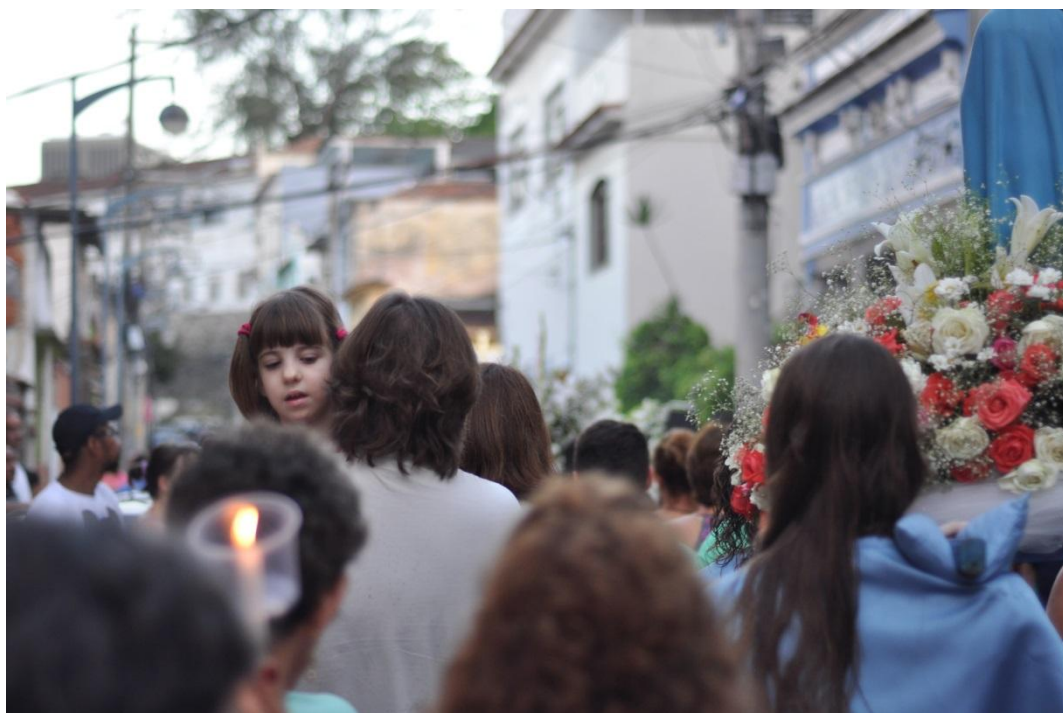
Foto: Júlia Vilhena





Fachada de casa de 1874 na Ladeira Jogo da Bola, com telha portuguesa.

Júlia Vilhena



Festa de Nossa Senhora da Conceição, 8 de dezembro de 2013.

Foto: Maria Vitória Dutra.



Crianças brincam na Pedra do Sal, dezembro 2013.

Foto: Maria Vitória Dutra